

**A PRIMEIRA LICENCIATURA EM COMUNICAÇÃO
SOCIAL EM PORTUGAL (FCSH-UNL, 1979) –
CONTRIBUTO PARA UMA REFLEXÃO ACERCA DO
ENSINO DO JORNALISMO**

Renato Rocha Mendes

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação:
Estudo dos Media e Jornalismo**

MARÇO, 2011



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação - Estudos dos Media e Jornalismo, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Nelson Traquina e da co-orientação da Professora Doutora Carla Baptista.

Dedico a presente tese à Cibele, Clara, e Dagmar Mendes

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores Professor Doutor Nelson Traquina e a Professora Doutora Carla Baptista agradeço todo o apoio, sem o qual esta investigação não se realizaria.

À estimada amiga Olga Mendes, por todas as conversas, sábios aconselhamentos e apontamentos, sem os quais o presente estudo não alcançaria o nível de exigência por mim imposto.

Aos amigos Miguel Neto, Catarina Afonso e Dânia Afonso, agradeço as revisões e os momentos de amizade que partilhamos com as nossas famílias.

[RESUMO] Esta tese tem como objectivo apresentar factos inéditos, que resultaram de um levantamento histórico pioneiro, sobre as tensões do campo jornalístico em torno da criação da primeira Licenciatura em Comunicação Social de Portugal, em 1979. O estudo baseia-se numa linha de investigação empírica. Utiliza entrevistas e fontes documentais sobre o ensino do jornalismo. Procura construir uma perspectiva histórica, com o objectivo de proporcionar um enquadramento sobre o objecto do estudo. A polémica fundamental a respeito do modelo de ensino do jornalismo mais adequado para a época, centrado na dicotomia entre a técnica e a teoria, operaram como elementos dinâmicos para a afirmação profissional dos jornalistas. Subjacente às divergências entre académicos e jornalistas, ligadas ao modelo ideal de ensino, existem temas relevantes que contribuíram com o estudo para contextualizar teoricamente as tensões: o processo de construção da profissão, e a afirmação da identidade profissional dos jornalistas e de um campo profissional autónomo.

[TÍTULO] A primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal (FCSH-UNL, 1979) – contributo para uma reflexão acerca do ensino do jornalismo

[AUTOR] Renato Rocha Mendes

PALAVRAS-CHAVE: ensino, jornalismo, identidade profissional, jornalistas

[ABSTRACT] This thesis aims to present unpublished material, which resulted from a pioneering historical inquiry on the tensions within the journalistic field, as a result of the foundation of the first degree in Social Communication in Portugal, in 1979. This study is based on a line of empirical research which makes use of interviews and documentary sources on the teaching of journalism. It seeks to build a historical perspective, with the aim of providing a framework on the grounds of education. The fundamental controversy surrounding the most appropriate model of journalism education for the time period, centered on the dichotomy between theory and technique, operating as dynamic elements for the professional of journalists. Underlying the differences between academics and journalists, linked to the ideal model of education, there exists relevant themes that contribute with a study to contextualize theoretically these tensions: the process of building the profession, the assertion of the journalists' professional identity as well as an autonomous professional field.

[TITLE] The first academic degree in Social Communication in Portugal (FCSH-UNL, 1979) - a contribution to the debate about journalism education.

[AUTHOR] Renato Rocha Mendes

KEYWORDS: education, journalism, professional identity, journalists

ÍNDICE

Introdução	1
Metodologia	3
Capítulo I	
1. Projectos e iniciativas para o ensino do jornalismo em Portugal (1941-1971).....	5
Capítulo II	
2. Reorganização das Ciências Sociais. O contexto para criação da 1ª Licenciatura em Comunicação Social	15
3. Criação e princípios orientadores da Licenciatura em CS.....	16
4. A Licenciatura na imprensa e a convergência dos discursos	19
5. Perspectivas sobre o ensino do jornalismo até a Licenciatura em CS	23
Capítulo III	
6. A Comissão Consultiva para a Licenciatura em CS.....	28
7. O Sindicato dos Jornalistas em mutação no pós 25 de Abril.	30
8. A tomada de posição do Sindicato dos Jornalistas sobre a Licenciatura em CS	34
9. A primeira reunião da Comissão Consultiva	38
10. Análise crítica sobre a Comissão Consultiva.....	41
Capítulo IV	
11. Equívocos em torno da expressão Comunicação Social	45
12. As tensões do campo jornalístico em torno da Licenciatura em CS	47
13. polémica sobre a não admissão de jornalistas na Licenciatura em CS	53
14. O curso de Reciclagem em CS: uma tentativa falhada	56
15. Reflexões sobre o processo de profissionalização dos jornalistas portugueses – o contributo do interaccionismo e da Sociologia das Profissões.....	63
Conclusão	67
Bibliografia	70
Lista de Entrevistas	78
Lista de Intervenções de um Seminário	78
Lista de Anexos.....	79

INTRODUÇÃO

A presente tese divulga o conhecimento de factos inéditos, que resultaram de um levantamento histórico pioneiro, sobre as tensões que emergem do campo jornalístico em torno da criação da primeira Licenciatura em Comunicação Social de Portugal e do Curso de Reciclagem em Comunicação Social, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL), em 1979 e 1980, respectivamente.

As perguntas originais que orientaram o trabalho foram: Tendo em conta a necessidade histórica de os jornalistas alcançarem um maior grau de profissionalização e afirmação identitária, o que ocorreu no campo jornalístico, quando a primeira Licenciatura em Comunicação Social foi lançada em Portugal? Que tipo de tensões foram geradas em torno da Licenciatura, entre os jornalistas e os académicos que a instituíram e leccionaram?

A polémica fundamental e os seus desdobramentos a respeito do modelo de ensino do jornalismo mais adequado para a época, centrada na dicotomia entre a técnica e a teoria, operaram como elementos dinâmicos para a afirmação profissional. Segundo a abordagem interaccionista da teoria sociológica das profissões, subjacente ao processo de profissionalização, existem exigências de uma formação específica. Estas exigências são qualificadas como uma via para o processo de profissionalização, e não como um atributo a ser preenchido. “O aumento dos níveis de qualificação é fundamental nos conflitos de disputa de áreas de trabalho e respectivas ‘fronteiras’” (RUELLAN, 1997b *apud* FIDALGO, 2008:22). Esta percepção caracteriza o momento que atravessava a classe jornalística portuguesa no momento em que a primeira Licenciatura em Comunicação Social é criada em Portugal, na FCSH – UNL, em 1979. O aperfeiçoamento profissional, através do ensino especializado, incluindo o de nível superior, era uma reivindicação antiga dos jornalistas portugueses.

Subjacente às divergências ligadas ao ensino, estão temas relevantes que ajudam a contextualizar teoricamente as tensões: o processo de construção da profissão, e a afirmação da identidade profissional dos jornalistas e de um campo profissional autónomo. As teorias sociológicas das profissões possibilitam três grandes perspectivas: “a profissão como forma histórica de organização social, como forma histórica de realização de si e como forma histórica de coligação de actores que defendem os seus interesses específicos num segmento do mercado de trabalho.” (FIDALGO, 2008:63). Com o suporte teórico da sociologia das profissões, em particular a abordagem interaccionista, a investigação procura compreender de que forma os

acontecimentos em torno da Licenciatura em Comunicação Social, contribuíram para a afirmação da identidade profissional dos jornalistas.

Ao adoptarmos uma perspectiva mais ampla, para caracterizar Portugal no panorama mediático, contribuímos para um maior conhecimento da realidade jornalística. No conhecido “Sistemas de Media: Estudo Comparativo”, de Hallin e Mancini (2010), Portugal ao lado de França, Grécia, Itália e Espanha, é enquadrado pelo “Modelo Mediterrâneo ou Pluralista Polarizado”, possuindo características definidas segundo critérios gerais. Segundo os autores, (2010:305), o modelo pelo qual Portugal está enquadrado possui um elevado grau de politização, onde o Estado e os partidos possuem um forte poder de acção na vida social. O conceito “pluralismo polarizado” pode ser interpretado como um sistema político onde existem partidos claramente anti-sistema, marcados por conflitos político-ideológicos. Outros traços deste modelo incluem uma profissionalização fraca e instrumentalizada; uma história política influenciada por uma democratização tardia; o forte envolvimento governamental e partidário na economia; e por fim, a autoridade racional-legal¹, caracterizada pelo clientelismo. A informação derivada deste quadro genérico liga-se ao objecto de estudo da tese, na medida em que a afirmação identitária dos jornalistas era fortemente influenciada pelos elementos e condicionalismos que aqui são descritos como características do sistema “Pluralista Polarizado”.

O primeiro capítulo enquadra o tema “ensino do jornalismo” numa perspectiva histórica, e descreve de forma sucinta as principais iniciativas em prol da criação de cursos e instituições que contribuíram ou poderiam ter contribuído para a institucionalização do ensino do jornalismo em Portugal. O segundo capítulo contextualiza a Licenciatura em Comunicação Social e põe em perspectiva, as posições de académicos e jornalistas sobre o tema em questão. No terceiro capítulo passa a descrever e a analisar os eventos que precipitaram a aproximação entre jornalistas e académicos, os condicionalismos a que os profissionais estavam submetidos, as reacções e cedências que permearam a relação entre os agentes envolvidos e uma análise crítica sobre um evento central. O quarto capítulo concentra-se nos elementos de tensão gerados ao redor das propostas de ensino que estavam em causa, além de analisar, sob a óptica das teorias da sociologia das profissões, a polémica de 1979.

¹ Teoria de Max Weber sobre as estruturas de autoridade que categoriza as organizações segundo as relações de autoridades predominantes.

METODOLOGIA

A tese baseia-se numa linha de investigação empírica. Utiliza entrevistas e fontes documentais sobre o ensino do jornalismo. Procura construir uma perspectiva histórica, com o objectivo de proporcionar um enquadramento sobre o objecto do estudo.

As tensões em torno da criação da Licenciatura em Comunicação Social emergem de três esferas distintas: a sindical, a académica e a governamental. Entrevistas em profundidade foram conduzidas com os intervenientes que no passado pertenceram, ou ainda pertencem, a uma destas três esferas. As informações que surgem dos discursos foram utilizadas no sentido de contribuírem para a reconstrução do episódio histórico. Fontes documentais primárias, algumas inéditas, de arquivos diversos, além de contribuírem para essa reconstrução, tiveram um papel central na confirmação dos discursos e sua contextualização histórica.

Para a definição dos dados de maior relevância para o corpus da tese foi desenvolvida uma matriz informativa, com o objectivo de indexar o grande volume de informações recolhidas em campo. As informações discursivas² são resultados de entrevistas e do seminário “Ensino do Jornalismo e Identidade Profissional”³. As fontes documentais foram classificadas por data, tema, tipo, autor, e um breve descritivo; foram organizadas em ordem cronológica e depois qualificadas em razão do seu grau de relevância em relação ao objecto da tese. Toda a informação passou a compor a matriz, possibilitando uma reorganização temática e coerente dos dados, para o desenvolvimento da narrativa. Pensamos que este método, utilizado na ordenação de uma grande quantidade de informações imprimiu um maior grau de assertividade na definição do *corpus*.

Entrevistas realizadas no âmbito da tese, durante o segundo semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2011 incluíram académicos ligados à criação da Licenciatura em

² Tanto as entrevistas quanto as intervenções do seminário “Ensino do Jornalismo e Identidade Profissional”, após terem sido transcritas, foram divididas em trechos, que foram classificados com um título sintético directamente relacionado ao seu conteúdo e agrupados segundo temas preestabelecidos. Uma “chave” de pesquisa única e individual, como um código, composto pelas iniciais do nome de cada entrevistado, um número sequencial, e um título sintético, foi atribuído a cada trecho. O conceito da “chave”, ou código, para além de identificar cada fragmento da entrevista e individualizá-lo, também possibilitou sua rápida localização, através de comandos de pesquisa.

³ “Seminário sobre ensino do jornalismo e identidade profissional”; FCSH – UNL & CIMJ; 06 e 20 de Maio de 2010. Lisboa

Comunicação Social da FCSH (Adriano Duarte Rodrigues, João Pissarra Esteves e José Rebelo), jornalistas que frequentaram e estavam, na altura, fortemente envolvidos nas actividades do Sindicato dos Jornalistas (Adelino Gomes, Fernando Cascais e José Pedro Castanheira), e um funcionário do Ministério da Comunicação Social (João Palmeiro).

Os Arquivos consultados foram: Sindicato dos Jornalistas; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Departamento de Ciências da Comunicação), arquivo não tratado; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Espólio Sedas Nunes), arquivo não tratado; Adriano Duarte Rodrigues (arquivo pessoal); Hemeroteca Municipal de Lisboa; Fundação Cuidar o Futuro (Espólio Maria L. Pintasilgo), documentos digitalizados; Ministério da Educação (Divisão de Documentação e Património Cultural); Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Arquivo e Documentação e Secretaria-Geral); Gabinete para os Meios de Comunicação Social; Ministério da Cultura (DGA e Torre do Tombo); Diário de Assembleia da República (Internet).

CAPÍTULO I

1 – PROJECTOS E INICIATIVAS PARA O ENSINO DO JORNALISMO EM PORTUGAL (1941-1971)

A revisão das principais acções em prol da criação de cursos e instituições de ensino do jornalismo, no período de 1941 a 1971, em Portugal, evidenciou uma necessidade histórica, que uma parte da classe jornalística possuía em alcançar um maior grau de profissionalização, através da formação profissional e do ensino sistematizado do jornalismo. Esta necessidade de aperfeiçoamento profissional era confrontada com uma ideologia fechada em si mesma e centrada na crença de que o jornalismo se aprendia na tarimba⁴, através da prática exercida nas redacções dos jornais e não através de formação específica, sistematizada e estruturada. Contudo, já se observava uma tendência para a alteração desta perspectiva, que não era partilhada por todos os profissionais.

No léxico jornalístico português, a palavra tarimbeiro⁵ foi uma designação comumente utilizada no passado, aplicada a um determinado tipo de jornalista, que tornava-se profissional através das técnicas que experienciava nas redacções e através dos constrangimentos organizacionais, como descreve a “Teoria organizacional”, de Warren Breed, segundo a qual o aprendizado das regras e normas do trabalho jornalístico é baseado “num processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância de uma *cultura organizacional*, e não de uma *cultura profissional*” (TRAQUINA, 2002:80). A palavra tarimbeiro é utilizada para descrever os jornalistas que surgiram durante o período da ditadura, com acesso restrito, quase inexistente, à formação profissional e ao ensino do jornalismo.

O período de quase cinco décadas de ditadura em Portugal foi determinante para o atraso na institucionalização do ensino do jornalismo no país. Em 1958, a UNESCO publicou os

⁴ A palavra tarimba, em seu sentido figurado pode ser interpretada, segundo definição do Dicionário Priberam, como a “preparação ou conhecimento decorrentes de larga experiência em alguma área ou função. = PRÁTICA”. <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=tarimba>

⁵ O adjectivo tarimbeiro, segundo Dicionário da Língua Portuguesa – Porto Editora, descreve “**2** oficial do exército que iniciou a sua carreira como soldado e foi sendo promovido até ao posto de oficial, sem ter feito qualquer curso regular ou frequentado qualquer escola especial; **3** [fig.] que ou que se fez por si; **4** [fig., pej.] que ou o que é grosseiro e rude”. Existe uma conotação negativa associada a palavra tarimbeiro.

resultados de um inquérito, que indica a existência de 650 estabelecimentos de ensino do jornalismo espalhados pelo mundo (80% tinham “carácter universitário”, e os restantes 20% “carácter prático”), notando que “Portugal é um dos raros países onde não existe uma Escola de Jornalismo” (UNESCO *apud* CASCAIS, 2003:68). Em 1970, somente 1% dos jornalistas portugueses possuíam diplomas universitários em Portugal, segundo Cascais (2003:70), enquanto nos Estados Unidos existiam 36.697 alunos inscritos em Licenciaturas de jornalismo, em 1971, de acordo com Traquina (2002:68).

As características intrínsecas do regime autoritário português determinaram o cenário de profundo atraso para o ensino do jornalismo, uma vez que Salazar⁶ olhava para a imprensa como uma força de oposição ao Estado Novo⁷. Na vizinha Espanha, comandada pelo ditador Francisco Franco, existiam escolas de jornalismo sob controlo do Ministério de Informação e Turismo, que instrumentalizou o jornalismo em favor da sua ideologia autoritária. Segundo Canel M. J. (*apud* WEAVER, 1998:305), o ensino universitário do jornalismo em Espanha foi estabelecido a partir de 1972. Com um avanço de mais de um século em relação a diversos países europeus, os pioneiros no estabelecimento do ensino universitário do jornalismo foram os Estados Unidos, na década de 1860. Traquina (2002:67) refere as instituições que contribuíram para o estabelecimento da instrução jornalística formal: Universidade de Washington, que possuía outro nome à época; Kansas State College, em 1873; Universidade do Missouri, em 1878; e Universidade da Pensilvânia, em 1893. Traquina (2002:67,69) escreve que em França, o mesmo tipo de ensino surgiu em 1899 através de um norte-americano, Dick May, fundador da Escola Superior de Jornalismo, baseando-se no modelo da Universidade de Pensilvânia.

Algumas acções de formação jornalística em Portugal foram concretizadas e beneficiaram uma parcela de jornalistas. Outros projectos que contribuiriam para a institucionalização do ensino no país não vingaram. Apesar de pontuais, todas as iniciativas contribuíram para o debate e reflexão sobre o ensino do jornalismo, interferindo inclusive na criação da primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal, na FCSH – UNL, em 1979.

⁶ António de Oliveira Salazar, ditador que governou Portugal entre 1932 e 1968.

⁷ Nome do regime político autoritário que vigorou em Portugal durante 41 anos, de 1933 até 1974.

A primeira tentativa de realização de um Curso de Formação Jornalística (1941)

Foi em 08 de Fevereiro de 1941, que o presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ)⁸, Luís Teixeira entregou no Departamento de Estado da Educação Nacional, o texto do projecto do Curso de Formação Jornalística, que tinha como objectivo a “valorização profissional dos jornalistas e o elevar o seu nível cultural até aos limites exigidos pela missão que desempenham na vida portuguesa” (SOBREIRA *in* TRAQUINA, (org.) 2010:5). À época a vocação e o autodidactismo eram as credenciais necessárias para os profissionais se iniciarem na profissão.

O desenvolvimento profissional acontecia nas redacções dos jornais, sem qualquer formação estruturada. Segundo Correia & Baptista (2007:408), o curso proposto aconteceria em dois anos, constituído por disciplinas teóricas, conferências livres e exercícios práticos, estando igualmente previstas visitas de estudo às redacções e oficinas gráficas mais importantes. Para aceder ao curso o candidato deveria ter o 5º ano do liceu, ou comprovar o mínimo de um ano de exercício da profissão, e ser português.

Uma equipa constituída pelos principais profissionais e académicos foi convidada a leccionar na iniciativa de formação. O curso propunha um espectro formativo alargado, passando por cultura geral, aspectos técnicos e reflexivos específicos do jornalismo e uma componente ligada à elaboração dos jornais. Esta primeira tentativa foi frustrada, já que o Sindicato não conseguiu reunir os recursos necessários para a realização do curso, não tendo o Estado apoiado a iniciativa.

O *Diário Popular* e o seu Curso de Iniciação Jornalística (1966)

Foi necessário um intervalo de 26 anos, para que uma segunda tentativa de realização de um curso de jornalismo fosse bem-sucedida. Sem qualquer ligação directa ao poder político, escrevem Correia & Baptista (2007:414), a iniciativa da criação do *Curso de Iniciação*

⁸ Em 13 de Setembro de 1976, em assembleia geral, o Sindicato Nacional dos Jornalistas, passa a chamar-se Sindicato dos Jornalistas. *in* BAPTISTA, Carla (2009) - **Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses - do século XXI ao Marcelismo**. Lisboa: Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação – FCSH – UNL

Jornalística, entre Abril e Maio de 1966, foi realizada pelo *Diário Popular (DP)*⁹. A iniciativa foi a primeira ligada ao ensino do jornalismo a ser realizada em Portugal. O curso tinha como objectivo central recrutar jornalistas para actuarem no próprio jornal. As razões que determinaram a criação deste curso foram a dificuldade em encontrar jornalistas profissionais que correspondessem às exigências do *DP* e o risco derivado da admissão de jovens sem qualquer experiência. O curso evidenciou a necessidade de renovação da redacção do jornal, através do seu rejuvenescimento.

Francisco Pinto Balsemão¹⁰ foi o idealizador e o promotor do curso, que ensinava e avaliava os candidatos, identificando os melhores, com o objectivo de integrá-los na redacção do jornal. Com um máximo de 25 alunos, e uma duração de 20 dias (das 20 às 24h), a primeira parte do curso abordava temas gerais relacionados com a imprensa, e na segunda parte estudava-se o *DP*, a sua história e objectivos. Os candidatos deveriam ter menos de 30 anos, ter concluído o 7º ano de liceu, e poder assistir a todas as aulas, comprometendo-se a prestar todas as provas e ambicionar trabalhar na redacção do jornal. Condições como: falar e escrever uma ou mais línguas estrangeiras; ter o serviço militar cumprido; ter curso universitário ou já ter tido alguma experiência como jornalista; além de saber dactilografar com rapidez, eram preferenciais. Os profissionais do jornal eram também os professores do curso, segundo Correia & Baptista (2007:414).

A avaliação final consistia em dois dias de provas escritas e dois dias de provas orais. À época, a necessidade de profissionais mais qualificados, a maior qualidade exigida pelos leitores e a introdução de novas ferramentas de trabalho ou novas tecnologias, como a máquina de escrever “de que os jornalistas do *DP* dispunham desde o início da década mas que noutros importantes diários só anos mais tarde se generalizaria” (CORREIA & BAPTISTA, 2007:414), foram elementos que pressionaram os avanços do jornalismo português.

⁹ O jornal *Diário Popular* simbolizava a vanguarda do jornalismo português.

¹⁰ Francisco Pinto Balsemão, à época do curso era secretário de redacção, segundo o jornalista Adelino Gomes, em entrevista pessoal de 17/07/10. Actualmente é presidente do grupo de Comunicação Social Impresa.

O sucesso do I Curso de Jornalismo conduzido pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas (1968)

A segunda iniciativa bem-sucedida de um curso de jornalismo aconteceu com o *I Curso de Jornalismo* organizado pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), com apoio do Estado. O curso teve início em 21 de Novembro de 1968, no Sindicato dos Caixeiros, com a duração de 4 meses. Foi celebrado, tanto pelo SNJ, quanto pelo governo. A ideia de lançar o curso nasceu dentro do próprio Sindicato, bem como a possibilidade da criação de uma Escola de Jornalismo, como resultados de quatro debates que aconteceram entre 12 de Junho e 24 de Julho de 1967, em torno do tema “situação do jornalista profissional português” (SJ, 1968).

Destes encontros foram identificadas as principais dificuldades da classe: “salários irrisórios, que obriga a maioria a procurar fora da profissão o complemento necessário para se manter dignamente; burocratização da informação que deu como resultado a burocratização do noticiário, tornando-se geral o recurso ao corte e cola; falta de cultura de base e de especialização” (SJ, 1968). Uma comissão foi formada no sentido de concretizar o *I Curso de Jornalismo*, que seria voltado tanto quanto possível aos profissionais, pois destinava-se ao aperfeiçoamento e formação profissional dos sócios do Sindicato.

O curso foi considerado um sucesso pela maior parte dos jornais da época. Foi criada uma modalidade de ensino do curso por correspondência, face à grande procura, como salientou o jornalista e presidente do Sindicato, Pereira da Costa, no seu discurso na sessão de encerramento do curso: “Os participantes no curso, entre alunos por frequência e por correspondência, totalizaram 385 interessados, incluindo 187 profissionais. Deste total, 207 acompanharam o curso por correspondência, cerca de uma centena da Metrópole, 84 de Angola, 28 de Moçambique, um de Macau e dois portugueses residentes em Itália” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, sem autor, 1969).

Neste mesmo discurso, Pereira da Costa informou que a quase totalidade dos participantes particulares (não profissionais) eram estudantes universitários, um argumento que sustentava a necessidade de se constituir uma escola de jornalismo. “Quanto a estes [estudantes universitários] é sintomática, sem dúvida, a circunstância de, ao cabo de quatro meses de realização do curso, ainda assistirem às aulas na proporção de oitenta e sete por cento sobre os que inicialmente nele se tinham inscrito, manifestando entusiasmo que nos provocou como que

um complexo de inferioridade”, assumiu Pereira da Costa. O presidente do Sindicato reconheceu que o curso ficou aquém das expectativas dos alunos.

Mesmo que o curso tenha sido concebido para atender às necessidades de formação dos profissionais, uma das dificuldades que enfrentaram os formadores era derivada da heterogeneidade da audiência, já que além de jornalistas, também eram alunos: “bancários, uma hospedeira da TAP, um comissário de bordo, funcionários públicos, empregados de escritório, estudantes universitários, tradutores, oficiais milicianos, um padre, advogados, um controlador de tráfego aéreo, um meteorologista, um profissional de hotelaria, engenheiros, bibliotecários” (CORREIA & BAPTISTA, 2007:419). A diversidade dos participantes gerou críticas ao curso; em decorrência, foram aventadas soluções, como a criação de cursos de jornalismo específicos para jornalistas, e não jornalistas.

Personalidades públicas que faziam parte do regime participaram em grande número na sessão de encerramento do curso. As peças jornalísticas realizadas a propósito do encerramento do curso evidenciam um conteúdo homogeneizado, por vezes meras reproduções dos discursos oficiais, como por exemplo, a publicada no jornal *Diário de Notícias* (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, sem autor, 1969), marcada pela convergência dos discursos. Fortemente influenciado pelo poder do Estado, o presidente do SNJ, em sua intervenção no encerramento do curso, afirma que “o curso constituiu um êxito insofismável”.

O projecto do SNJ de Ensino de Jornalismo em Portugal (1970)

O Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal, do SNJ, inspirava-se num modelo universitário de ensino das Ciências Sociais e Humanas com referências de sistemas de ensino da Alemanha, Bélgica, França, Itália e Holanda. A razão desta característica deve-se ao facto de três conselheiros técnicos que participaram na comissão do projecto, terem realizado suas licenciaturas em jornalismo, em outros países, segundo Correia & Baptista (2007:419): José Lechner (Escola de Jornalismo de Lile), Oliveira Figueiredo (Escola de Jornalismo da Igreja, de Madrid), e Carlos Ponte Leça (Escola de Jornalismo da Universidade de Navarra). Após as experiências de 1941 e 1968, o projecto em questão atingiu um elevado grau de maturidade. O documento, com 19 páginas, informa que Portugal era dos raros países onde não existia uma escola de jornalismo e destaca a necessidade de formação específica para os jornalistas.

A proposta do projecto de 1970 foi aprovada em assembleia geral do Sindicato em 10 de Dezembro do mesmo ano, e submetia o ensino a conteúdos académicos, além de propor uma designação mais geral de “Ciências da Informação”. A necessidade de uma componente científica na formação é clara no projecto. A importância das matérias humanísticas também surge como solução para uma compreensão mais ampla sobre o conjunto das problemáticas contemporâneas. O projecto de ensino deveria ser aplicado de forma sistemática e previa a criação do “‘Instituto Superior de Ciências da Informação’, com o objectivo de formar bacharéis e licenciados em ‘Ciências da Informação’, aptos a exercer ‘jornalismo’, ‘radiojornalismo’, ‘telejornalismo’ e ‘cinejornalismo’” (SOBREIRA, 2003:179). O curso seria composto por três grandes eixos: Ciências da Informação, Técnica da Informação e Cultura para Informação.

Para os três primeiros anos estavam programadas disciplinas de âmbitos gerais e para as disciplinas de especialização existiria um conteúdo curricular com diversas disciplinas jornalísticas. A criação do Instituto Superior da Ciência da Informação, aventada pelo projecto, formaria bacharéis, licenciados e doutores. Para que os profissionais com mais de 25 anos de idade tivessem acesso ao curso, seria exigido um mínimo de 5 anos de exercício da profissão. O projecto do SNJ representava o acesso dos futuros profissionais a formação académica universitária, e se fosse concretizado constituiria um marco na história do ensino e do jornalismo portugueses.

O projecto foi rejeitado por diversos políticos e até por jornalistas. Era a posição de uma parte dos jornalistas sobre o projecto: “Não será isto denunciador da ideologia desta proposta e dos fins que objectivamente serve – a constituição de uma espécie de feudo ou mandarinato da informação a que só os “doutores”, os “bacharéis” ou os “licenciados” terão direito de acesso? Nós os jornalistas “especializados” que sabemos, não somos os professores da opinião pública, temos o segredo da informação – os outros só têm de ouvir caladinhos as nossas verdades universitárias” (REIS, 1973). O presidente do SNJ exerceu certa pressão em seu discurso aquando da entrega do projecto ao Ministro da Educação Nacional, Veiga Simão: “Terá chegado a vez de Portugal possuir ensino do jornalismo a nível universitário? Correu o mundo a falsa ideia de que o jornalista nasce, não se faz. Os jornalistas portugueses, pelo contrário, negam-se a confiar em métodos empíricos a formação dos futuros profissionais” (SNJ, 1971).

Os membros do Sindicato estavam determinados em executar o projecto que, se concretizado, valorizaria a profissão de forma efectiva. O SNJ tentou pressionar o ministro Veiga Simão: “Não tendo entrado ainda em funções o grupo de trabalho cuja formação foi superiormente prevista por Vossa Excelência, a direcção do Sindicato apenas tem

conhecimento, obtido pelo primeiro dos signatários em conversa pessoal com Sua Excelência o senhor Presidente do Concelho, de que está nas mãos de Vossa Excelência a promoção do ensino do jornalismo – cometida do governo a Base XII de Lei de Imprensa” (SNJ, 1972). Uma vez mais, uma iniciativa que contribuiria para a emancipação da classe jornalística fracassou, por omissão dos agentes da ditadura.

A Escola Superior de Meios de Comunicação Social (1971)

Após aprovação do Ministério Nacional da Educação, a Escola Superior de Meios de Comunicação Social (ESMCS), criada em 1971 foi aberta no Instituto de Línguas e Administração, a “primeira instituição portuguesa de ensino superior particular, fundada em 1962” (CORREIA & BAPTISTA, 2007:428). Com os cursos de Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade, Rádio e Televisão, os estudos durariam três anos. A criação da escola foi aceite pelo poder político vigente e tinha patrocinadores que garantiam condições jurídicas e financeiras para a sua existência. O banco Borges & Irmão, um dos maiores em Portugal, cujo director principal possuía dois jornais, o *Diário Popular* e o *Jornal do Comércio*, além de uma agência de publicidade, Latina, convergiram esforços e pessoas no sentido de tornar o projecto um êxito. Ao mesmo tempo que o capital derivado da banca, para a constituição da ESMCS foi fulcral para a sua criação, também foi a razão da extinção da escola, pois após o 25 de Abril de 1974 a banca foi nacionalizada (*ibid.*:429). Mesmo assim a escola sobreviveu alguns anos tendo sido fechada na década de 80.

Breve análise sobre o insucesso das iniciativas ligadas ao ensino do jornalismo

As iniciativas de 1941 e 1970 conduzidas pelo SNJ possuem em comum a omissão do Estado, a principal razão por não se terem concretizado. Silva Costa, presidente do SNJ em 1970, dizia que “havia gente demais interessada na tutela do ensino do jornalismo”, referindo-se aos conflitos entre o Ministério da Educação, o Ministério das Corporações e a Secretaria de Estado da Informação – representando a própria Presidência do Concelho. A educação e a Comunicação Social, no Estado Novo, eram elementos que não se ajustavam, eram campos antagónicos. Neste contexto, o ensino do jornalismo operava como hipótese libertadora para a classe jornalística, que actuava no campo de uma Comunicação Social domesticada e cerceada, segundo os propósitos do regime.

Com o início do Marcelismo¹¹, um período de avanço é alcançado no campo do jornalismo, em razão da criação da primeira escola de jornalismo ESMCS, do projecto de Lei de Imprensa apresentado por Francisco Sá Carneiro¹² e Francisco Pinto Balsemão e da fundação do semanário *Expresso* (CASCAIS, 2008:11). Quanto à criação da ESMCS, esta escola teve existência efémera porque estava subjugada aos interesses do capital, desta vez apoiada pelo governo. Os interesses do governo mantiveram a escola activa, já que estavam a ser influenciados por um relatório da OCDE, que indicava a necessidade da formação de quadros técnicos, em resposta às necessidades económicas e sociais vigentes (CASCAIS, 2003:62).

Soma-se a esta interferência, o facto de a escola não precisar de capital estatal para funcionar. Mais uma vez os interesses da classe jornalística foram subjugados aos interesses do governo, que encontrava nesta escola de jornalismo uma solução para a introdução dos institutos politécnicos em Portugal, como parte de uma estratégia de crescimento nacional. Com a nacionalização da banca na sequência do 25 de Abril a existência da ESMCS tornou-se inviável, entretanto a escola resistiu até a década de 80.

Se por um lado, os agentes externos envolvidos nas sucessivas tentativas de institucionalizar o ensino do jornalismo em Portugal tiveram diferentes graus de responsabilidade pelo fracasso destas mesmas iniciativas, por outro, os próprios jornalistas também foram responsáveis. A apatia intelectual que abatia sobre os jornalistas, a respeito do modelo mais adequado para o ensino do jornalismo, condicionou as formas de pensar a profissão durante os duros períodos da ditadura, com reflexos nas décadas que sucederam. A lenta velocidade com que o processo de institucionalização do ensino do jornalismo se deu, a partir do fim da década de 70, foi determinada pelo condicionamento das mentalidades dos jornalistas, em torno da cristalização do dogma de que o jornalismo se aprende na prática. A universidade e a profissão eram elementos com pouca ligação para as mentalidades da época. A discussão era centrada na dicotomia entre teoria e prática, uma discussão que persiste até à actualidade.

Segundo Weaver, o reconhecimento da liberdade e da autonomia por parte dos jornalistas, está relacionado, em muitos casos, com o nível de satisfação profissional, um importante indicador das condições de trabalho (WEAVER, 1998:461). Os jornalistas foram

¹¹ É o nome dado ao período de ditadura (1968 a 1974) em que Marcelo Caetano governou Portugal.

¹² Político fundador do Partido Social Democrata

vítimas da sua própria condição até ao 25 de Abril. Com a liberdade cerceada e sem autonomia, as condições de trabalho permaneceram deterioradas, logo, o ambiente profissional não era propício para que novas perspectivas fossem alcançadas. Sem a partilha ideológica, não existia consenso ao redor de temas determinantes para o aprimoramento da profissão, como o ensino do jornalismo.

CAPITULO II

2 – REORGANIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS. O CONTEXTO PARA CRIAÇÃO DA 1ª LICENCIATURA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

O panorama das Ciências Sociais em Portugal, antes de 1979, era limitado e marginal no quadro das universidades portuguesas. Para uma maior compreensão das razões e do contexto da criação da primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal, na FCSH, se faz necessário um enquadramento relativo à situação das Ciências Sociais no país. Segundo o professor Adriano Duarte Rodrigues¹³ (RODRIGUES, 2010a), fundador do Departamento de Comunicação Social da FSCH, havia poucos cursos na área das Ciências Sociais: um Curso de Sociologia no Instituto Superior da Ciência do Trabalho e da Empresa (ISCTE); um Curso de Estudos Ultramarinos, com forte componente antropológica, ministrado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas (ISCSPU); iniciativas conduzidas em Coimbra em torno Faculdade de Economia, através do professor Boaventura de Sousa Santos; e um Curso de Sociologia que havia sido criado na UNL, mas que não funcionava por entraves internos da Universidade (RODRIGUES, 2010a).

Foi a partir deste quadro de precariedade da área das Ciências Sociais, que Adérito Sedas Nunes¹⁴, antes de se tornar Ministro da Coordenação Cultural, Cultura e Ciência, do V Governo Constitucional, liderado por Maria de Lourdes Pintasilgo, redige um memorando (NUNES, 1979) sobre a criação de um “Instituto de Investigação e Pós-graduação em Ciências Sociais”, que é também um diagnóstico do estado pedagógico e científico da área em questão. Na primeira linha do documento, de Maio de 1979, lê-se: “A situação das Ciências Sociais em Portugal encontra-se, neste momento, num ponto crítico.” Baseado neste memorando, poucos meses depois, algumas soluções para os problemas identificados se convertem em propostas políticas no “Programa do V Governo Constitucional” (PCM, s.d.). No que toca à área científica e cultural, o documento afirma que o Governo procurará desenvolver uma infra-estrutura para atender aos objectivos de uma política científica e tecnológica, por intermédio das instituições

¹³ Professor Catedrático da FCSH, desde 1979. Em 1978, presidiu a Comissão do Ministério da Educação que reorganizou o ensino das ciências sociais nas Universidades Portuguesas. Doutorado pela *Université Catholique de Louvain*, 1977.

¹⁴ Fundador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

existentes; a nível do ensino superior, foi determinado o desenvolvimento de novas universidades e institutos universitários.

Adriano Rodrigues, que à época ocupava o cargo de Assessor da Secretaria de Estado do Ensino Superior, foi convidado por Sedas Nunes a participar de uma comissão encarregue da organização dos cursos de Ciências Sociais nas universidades portuguesas, com um prazo reduzido para a conclusão do projecto (RODRIGUES, 2010a). O objectivo central da comissão era a distribuição regional da oferta curricular e a diferenciação das especializações em Ciências Sociais. Na sua opinião, a comissão não conseguiu o ideal, mas atingiu o equilíbrio na regulação da oferta curricular. O conhecimento mais amplo das Ciências Sociais, sob uma perspectiva internacional, era a marca da comissão, segundo o professor: “Todos nós tínhamos uma formação académica, a maior parte estrangeira. Muitos vinham dos Estado Unidos, da Alemanha, da França, da Inglaterra. Nós tínhamos, embora com culturas diferentes, uma formação sólida no quadro epistemológico das Ciências Sociais, sabíamos o que queríamos, sabíamos o que fazia falta para nos enquadrarmos no contexto internacional e depois tínhamos acesso a muita informação que recolhíamos de outros cursos” (RODRIGUES, 2010a).

Apesar de rápida, a actuação da comissão foi intensa. A distribuição das especializações das Ciências Sociais foi realizada, e de forma concomitante a abertura das universidades portuguesas ao mundo académico internacional. A consolidação do projecto levou muitos anos, ajustes foram feitos, e sob a perspectiva avaliativa de Adriano Rodrigues, “houve equipas que se formaram mais dinâmicas e que conseguiram implantar-se melhor, a nível nacional, ou internacional; criaram-se revistas, houve equipas que se alargaram, especialidades que se desdobraram, depois, é a história, já lá vão 30 e tal anos”. O trabalho da comissão resultou num relatório, que daria origem a um decreto promulgado pelo general Ramalho Eanes¹⁵, no qual era definido a oferta dos cursos em Ciências Sociais, nas diferentes universidades portuguesas, segundo Portaria n.º 663/79 de 10 de Dezembro do Ministério da Educação.

3 – CRIAÇÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA LICENCIATURA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Neste cenário de profundas transformações das Ciências Sociais, a FCSH foi incumbida da reformulação dos cursos de Sociologia e de Antropologia, que já existiam, segundo Adriano

¹⁵ Primeiro presidente da República, democraticamente eleito em Portugal.

Rodrigues, mas foram reorganizados em razão de um novo enquadramento, derivado dos cursos das outras universidades do país, em particular da região de Lisboa. A UNL vivia um clima de instabilidade com lutas entre os professores, que não se entendiam. As lutas a que Adriano Rodrigues se refere aconteciam entre professores especializados numa determinada área, mas que lideravam cursos de outra área. Foram criados cursos para colmatar lacunas. Houve negociações com o presidente da Comissão Instaladora, o historiador Oliveira Marques e, como consequência, uma distribuição coerente dos cursos.

A comissão nomeada por Sedas Nunes reconheceu que a Licenciatura em Comunicação Social deveria permanecer sob a coordenação do professor Adriano Rodrigues, na UNL, doutor em Ciências da Comunicação, como esclarece, “A distribuição de cursos teve em conta a localização geográfica, mas também onde havia pessoas aptas. Não havia mais ninguém doutorado em Comunicação no país, eu era o único” (RODRIGUES, 2010a). Segundo o professor a negociação para a criação da Licenciatura em Comunicação Social foi extremamente fácil, porque ainda não existiam órgãos de gestão, a questão era tratada com o presidente da Comissão Instaladora¹⁶.

Através do Decreto nº. 128-A/79, de 23 de Novembro, publicado no *Diário da República*, o Ministério da Educação, “Cria na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa o curso de Licenciatura em Comunicação Social.” Em menos de um mês, os planos de estudos dos cursos de Ciências Sociais abertos na UNL, na Universidade do Minho, no Instituto Universitário de Évora e no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, são divulgados na Portaria nº. 663/79, de 10 de Dezembro. Durante os três primeiros anos, a Licenciatura em Comunicação Social foi, juntamente com as de Antropologia e Sociologia, uma das variantes do curso de Ciências Sociais.

Adriano Rodrigues sintetiza as linhas que orientaram a criação da Licenciatura da seguinte forma: “O paradigma comunicacional que serviu desde o começo do Departamento, como orientação para os seus projectos de formação e para a definição de suas temáticas de investigação, decorre da tomada de consciência da natureza constitutiva daquilo a que damos o

¹⁶ Se por um lado o quadro de autogestão contribui para a célere criação da licenciatura em Comunicação Social, a autogestão também diminui a capacidade de decisão e o poder dos professores sobre temas relacionados à instituição. Foi a partir de 1980, que a universidade ganha um director, e que se criam os estatutos e os órgãos de gestão. Segundo entrevista pessoal concedida por Adriano Duarte Rodrigues, em 09/06/10.

nome de lógica da relação, como constituição da experiência, sendo a experiência para a espécie humana o fundamento de toda a possibilidade de conhecimento e de acção” (RODRIGUES, 2010c). O centro reflexivo da Licenciatura incidia sobre a releitura de textos de Immanuel Kant, Friedrich Hegel e dos diferentes legados fenomenológicos, dos grandes pensadores da experiência moderna. Adriano Rodrigues sublinha duas teorias que marcaram a Licenciatura: teorias da informação e teoria dos sistemas.

Suas inspirações para o desenvolvimento dos eixos orientadores da área de Ciências Sociais da UNL foram uma matriz sociológica preocupada com a criação das sociabilidades do mundo moderno, no mundo urbano, e toda a matriz lógica e psicológica, voltada para a vertente comportamental. Todas estas referências filtradas por uma abordagem em torno da linguagem. As directrizes administrativas e estruturais do Departamento são descritas num documento dirigido ao presidente da Comissão Instaladora da FCSH, em 19 de Maio de 1981 (RODRIGUES, 1981), elaborado pelo próprio coordenador Adriano Rodrigues. Na FCSH, inicialmente, o primeiro ano das Licenciaturas em Sociologia, Antropologia e Comunicação Social, possuía um tronco comum: a maior parte das disciplinas eram as mesmas para os cursos, bem como os professores.

Em um relatório de 1980 do Ministro da Coordenação Cultural e da Cultura e Ciência, é descrita a linha de acção do Departamento de Comunicação Social, para o ano de 1981. Este relatório também informa o número de professores do Departamento, no total 15: um professor catedrático, três assistentes convidados, oito assistentes e três professores secundários. O relatório de 1980 descreve os objectivos prioritários do Departamento de Comunicação Social, para o próximo ano lectivo, um deles, relacionado com o desenvolvimento da equipa e o outro ligado às demandas do sector da Comunicação Social (RODRIGUES, 1980).

A Bélgica e a França eram os países onde se iam contratar professores. Segundo Adriano Rodrigues, nos dias actuais só existem professores da segunda geração de alunos na FCSH: “Uma das pessoas que viveu bastante este espírito, mas que era aluno nessa época, é o João Pissarra, e a Teresa Cruz, ambos foram alunos da Licenciatura e hoje dão aulas aqui. [...] Depois, mais tarde, vem então o Nelson Traquina, que entra numa fase em que o Departamento se abriu um pouco à formação jornalística, foi uma coisa muito tardia” (RODRIGUES, 2010a).

Para a história do Departamento de Comunicação Social, o final da década de 80 representou um momento decisivo para a formação do que é o hoje o Departamento de Ciências

da Comunicação, “a década de 80 é um período importante de abertura, de criação de um maior número de disciplinas, recrutamento de novos professores, o início dos estudos de pós-graduação. O elemento mais importante para mim é o corpo docente ter ganhado em diversidade, aí sim se faz a configuração do curso muito próxima daquilo que ele é hoje. O período crucial é entre o final dos anos 80 e os anos 90, quando o curso muda de nome” (PISSARRA, 2011).

4 – A LICENCIATURA NA IMPRENSA E A CONVERGÊNCIA DOS DISCURSOS

Nos meses que antecederam a oficialização da Licenciatura em Comunicação Social, foi criado um grupo de trabalho pelo Ministro da Educação e da Investigação Científica, e pelo Ministro da Comunicação Social, para tratar de questões relacionadas com a criação de um curso de pós-graduação em jornalismo. Após a apresentação de um relatório com as conclusões deste grupo aos ministros, o grupo se autodenominou “Comissão Consultiva” (os detalhes sobre o grupo de trabalho e a Comissão Consultiva serão abordados no ponto seis do presente estudo). Essa Comissão tinha como objectivo o estudo, a organização e o acompanhamento da Licenciatura e de um Curso de Reciclagem em Comunicação Social.

A primeira reunião da Comissão deu-se em 01 de Outubro de 1979, na sede do SJ, com a participação de Adriano Rodrigues, Jorge Tavares Rodrigues, Técnico do Ministério da Comunicação Social e docente da Escola Superior de Meios de Comunicação Social e dois representantes do SJ, Jacinto Baptista (a substituir João Mendes) e Rui Osório. A partir desta reunião foi criado um relatório com o título: “Acta da primeira reunião de trabalho da Comissão Consultiva encarregada do estudo estrutural, organização e acompanhamento do curso superior de Comunicação Social, do curso de reciclagem para jornalistas e do curso de pós-graduação em Comunicação Social”.

A acta, entre outros assuntos, documentou uma estratégia de relações públicas, desenvolvida por Jorge Tavares Rodrigues, que consistia na planificação de entrevistas aos principais jornais do país. Para cada jornal existia uma agenda, ou seja, temas que deveriam ser abordados, tendo em conta a linha editorial de cada jornal e o estatuto de cada entrevistado. As iniciativas ligadas ao ensino do jornalismo foram o tema central das entrevistas, além de outros assuntos desta primeira reunião da Comissão Consultiva. Eram 13 os jornais que faziam parte da estratégia mediática: *O País, Portugal de Hoje, Diário de Notícias, A Tarde, A Capital,*

Diário de Lisboa, Jornal de Notícias, O Jornal, Diário Popular, 1º de Janeiro, O Tempo, Expresso e Correio da Manhã.

Além dos membros da Comissão Consultiva, concederiam entrevistas aos jornais, o Secretário de Estado do Ensino Superior e o Ministro da Comunicação Social. Encontramos entrevistas publicadas nos seguintes jornais: *A Tarde, A Capital, Diário Popular e Portugal Hoje*. As peças jornalísticas que tiveram como fontes Adriano Rodrigues e Jorge Tavares Rodrigues reflectiram em grande parte as informações contidas na acta. Cada fonte ampliou ou atribuiu um maior grau de importância aos assuntos que lhes eram estratégicos no contexto do ensino da Comunicação Social.

Uma extensa peça publicada no jornal *A Capital* (A CAPITAL, sem autor, 1979), de 08 de Outubro de 1979, sobre a visão de Adriano Rodrigues acerca do ensino da Comunicação Social, é iniciada com uma citação sua, “É uma velha aspiração que data dos anos 30”, referindo-se à Licenciatura em Comunicação Social. A “velha aspiração” a que se refere Adriano Rodrigues é uma ambição da classe jornalística. Com o título “‘Mudança radical de mentalidades’ em novo curso de Comunicação Social”, o presidente da Comissão Consultiva destaca a importância da formação de pessoas, para trabalhar com novas técnicas de comunicação, “como as ainda experimentais ‘multimédia’”. Existe neste excerto, em que cita o termo “multimédia”, uma componente de grande avanço associada à proposta da Licenciatura, pelo facto de à época o termo representar algo incipiente e experimental, tendo ganho em força somente com o surgimento da internet e com o desenvolvimento e a combinação de múltiplas plataformas de conteúdos.

A importância de se criar um curso que desse ênfase à reflexão surge no discurso de Adriano Rodrigues quando contextualiza a “crise de evolução do sector”, dependendo a importância dos futuros alunos serem capazes de reflectir sobre essa crise, por intermédio de um curso que não seja baseado somente “num apetrechamento técnico, mas numa compreensão social e política das novas tecnologias”. Esta é a “mudança radical de mentalidades” a que o título da peça se refere. A formação de adidos de imprensa do corpo diplomático, de dirigentes partidários e líderes sindicais, são algumas das profissões que segundo Adriano Rodrigues, poderiam encontrar “uma política sólida de informação” na Licenciatura.

Os trechos finais da peça esclarecem que a UNL é património do Estado fundado pelo então Ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão, e que a Comissão Consultiva apenas

sugere, não determina. Uma citação de Adriano Rodrigues fecha a peça: “Dado o perfil profissional do curso, posso dizer que tem havido o máximo empenho em levar em linha de conta o desejo dos profissionais do jornalismo.” Pode-se afirmar que a peça busca um equilíbrio entre a visão de Adriano Rodrigues, e os desejos dos jornalistas. O trabalho deixa claro que a Licenciatura não foi pensada para atender às demandas da classe jornalística, em exclusivo, mas sim de perseguir o propósito em formar profissionais que tenham na comunicação e na informação o centro de suas actividades.

A peça jornalística de 10 de Outubro de 1979, do *Diário Popular (DP)* (DIÁRIO POPULAR, sem autor, 1979), com o título “Reciclagem de jornalistas começa em Março de 80”, identifica Jorge Tavares Rodrigues como representante do Ministério da Comunicação Social, na Comissão Consultiva. Antes de incidir sobre o tema “Curso de Reciclagem em Comunicação Social”, a peça informa que a Licenciatura em Comunicação Social não se trata de um Curso Superior de Jornalismo, logo, teria uma formação polivalente destinada aos “profissionais de informação, investigadores e docentes, adidos de imprensa, animadores culturais”.

Esta peça do *DP* descreve através das declarações de Jorge Tavares Rodrigues os elementos que foram debatidos alguns dias antes, na primeira reunião da Comissão Consultiva. Exemplo claro dessa concertação entre o discurso do entrevistado e a acta da primeira reunião da Comissão Consultiva se dá com as regras especiais para o acesso dos jornalistas ao curso, informadas no parágrafo anterior, claramente descritas no item 4.1.1 da acta de reunião (TAVARES, 1979). As vantagens que os jornalistas teriam em relação aos demais candidatos da Licenciatura, constituíram acesso privilegiado.

A Licenciatura é descrita como uma plataforma “indispensável à reunião de recursos humanos para a criação de outras estruturas de ensino, tais como os cursos de curta duração e reciclagem”. Informações relacionadas ao acesso dos actuais “profissionais da informação” à Licenciatura são destacadas: o Ministro da Educação e da Investigação Científica “aceitará que os jornalistas sejam dispensados do “ad-hoc”, obedecendo a selecção dos candidatos, a cargo de um júri nomeado pela Universidade e que deverá incluir jornalistas, à prevista exigência de serem maiores de 25 anos e possuírem experiência profissional não inferior a cinco anos”. A dispensa do exame ad-hoc, bem como as 18 vagas destinadas aos profissionais da informação e a dispensa do estágio e dos seminários, foram outros pontos destacados por Jorge Tavares Rodrigues na peça do *DP*.

Uma nota informativa com o título “Curso de Comunicação Social” (PORTUGAL HOJE, sem autor, 1979), sobre o início em Dezembro de 1979 da Licenciatura foi publicada na edição de 19 de Outubro de 1979, do jornal *Portugal Hoje*. A nota dá a conhecer o programa da Licenciatura, através da descrição de suas disciplinas e a sua estrutura em três ciclos: o 1º, ciclo base, que abrange o 1º e o 2º ano da Licenciatura; o 2º, ciclo de formação específica, que abrange o 3º e 4º ano do curso e o último ciclo, que corresponde ao 5º ano do curso e a realização de um estágio. A nota informa que os jornalistas profissionais poderão ser dispensados das disciplinas de Francês ou Inglês, mediante a apresentação de diplomas que comprovem o conhecimento das línguas em questão, além de esclarecer que as frequências das aulas não são obrigatórias, e que o horário de funcionamento ainda não havia sido estabelecido.

As peças evidenciam que a Licenciatura tem como propósito fundamental uma formação polivalente com ênfase no estímulo à atitude reflexiva dos alunos. O papel de Adriano Rodrigues enquanto entrevistado pelo *A Capital* é claro, no sentido de ser o responsável por tornar públicas as linhas mestras da Licenciatura, atribuindo características inovadoras à Licenciatura, quando utiliza o termo multimédia como sinónimo de novas técnicas de comunicação, ou então quando sugere a necessidade de reflexão social e política sobre eventos como a “crise do sector”. É de se notar a aproximação que Adriano Rodrigues estabelece com a classe jornalística quando menciona a “velha aspiração” da classe ao ensino, mas ao mesmo tempo, o título da peça deixa claro a necessidade de uma “mudança radical de mentalidades”, como a única via de adesão intelectual ao curso, já que, concretamente, a Licenciatura representava a antítese daquilo que era desejado pelos jornalistas favoráveis ao ensino do jornalismo.

As peças também evidenciam uma predisposição dos entrevistados, em destacar as cedências que iam no sentido de facilitar o acesso dos jornalistas à Licenciatura, por forma a compensar um programa curricular desadequado às expectativas dos jornalistas. É evidente a convergência entre os temas abordados nas entrevistas e os assuntos que emergem da primeira reunião consultiva.

5 – PERSPECTIVAS SOBRE O ENSINO DO JORNALISMO ATÉ A LICENCIATURA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Antes do 25 de Abril, o jornalismo português era marcado pela censura prévia e por limitações de variada ordem. José Rebelo¹⁷, professor convidado da Licenciatura em Comunicação Social, de 1983 a 1989, responsável pelas disciplinas de Sociologia da Comunicação, Discurso dos *Media* e Géneros Jornalísticos, estas duas últimas criadas por ele, esclarece que no período de ditadura, a prática do jornalismo em Portugal era rudimentar, porque o jornalismo não era investigativo e se fazia com base nas notícias das agências noticiosas e na inauguração de ruas e monumentos (REBELO, 2010). Estes condicionalismos marcaram a carreira de jornalistas que iniciaram na profissão no período da ditadura. No sentido de ilustrar com exemplos concretos a dificuldade do exercício da profissão, em decorrência da impossibilidade da aquisição de conhecimento sobre a prática jornalística, a seguir apresentamos dois casos representativos de uma parcela da classe jornalística.

Para Adelino Gomes¹⁸, que se tornou jornalista em meados da década de 60, um problema elementar que se impunha era onde aprender o jornalismo: “Eu comprava tudo o que encontrava [sobre o assunto], para saber, e portanto eu queria realmente aprender a fazer jornalismo, não apenas na tarimba, mas queria aprender a fazer jornalismo tecnicamente e depois teoricamente” (GOMES, 2010a). Em 1967 o jornalista sai de Portugal e vai para a França com o objectivo de trabalhar numa estação pirata de rádio, ou então tirar o curso de Jornalismo na Universidade Livre de Bruxelas, mas não concretiza as suas aspirações e regressa ao país. Mais tarde Adelino Gomes encontra em iniciativas pontuais de ensino, uma forma de preencher as lacunas de conhecimento, seja através do curso no *Diário Popular*, em 1966, ou do curso promovido pelo SNJ, em 1968.

O caso do jornalista José Pedro Castanheira¹⁹, que se inicia na carreira em 1974, é semelhante (José Pedro, Adelino Gomes e Fernando Cascais pertenciam à direcção do SJ quando foi criada a Licenciatura em Comunicação Social). Como todos da sua geração, José

¹⁷ José Rebelo licenciou-se no início da década de 70 em Sociologia da Informação pela Universidade de Direito, Economia e Ciências Sociais de Paris, na Universidade de Paris-Sorbone. Iniciou seus trabalhos no jornal francês *Le Monde*, em 1972. É doutorado em Sociologia pelo ISCTE.

¹⁸ Jornalista português, ex-provedor do Ouvinte da RTP e antigo militante contra a ditadura.

¹⁹ Jornalista desde 1974 e ex-presidente do SJ.

Pedro Castanheira iniciou-se na tarimba, a partir de um convite do jornalista João Gomes, que utilizou como argumentos para convencê-lo a entrar no jornalismo, a cultura, o gosto pela escrita e o propósito de desempenhar uma missão. O primeiro cargo de José Pedro Castanheira foi como chefe de redacção do jornal mensal o *Povo Rural*²⁰, que contava com outros dois jornalistas, sem qualquer experiência. O jornalista relembra que o ensino do jornalismo “foi sendo uma descoberta” (CASTANHEIRA, 2010). Ele tinha como referências o ensino do jornalismo em França e em Espanha e ainda guarda em sua biblioteca pessoal um dos primeiros livros de jornalismo que foram editados em Portugal, em 1974, com o título “O Jornalismo”, do autor francês Philippe Gaillard, de 1971.

Segundo Traquina (2004:17) a profissionalização segue uma tendência histórica, que acompanhou a industrialização, a urbanização e a educação em massa. Autores como o sociólogo da profissão, o funcionalista Howard Wilensky, defendem que a concretização de uma profissão se dá por um processo que deve ser percorrido por membros de uma dada classe, e que encerra questões centrais como o ensino: “1) trabalho a tempo inteiro em que os praticantes demarcam a sua própria posição; 2) o estabelecimento de procedimentos de treino e selecção; 3) a formação de associações profissionais; 4) o esforço na busca de reconhecimento público e apoio legal ao seu controlo sobre a entrada na profissão e os modos da prática; 5) e a elaboração de um código de ética” (WILENSKY *in* TRAQUINA, 2004:17). Tendo em conta este contributo do processo de profissionalização, ao analisarmos a forma elementar como se fazia jornalismo no Estado Novo, deduzimos que classe jornalística se encontrava estagnada, pois a falta de liberdade de imprensa, e do direito de informar e ser informado, travou o desenvolvimento de cada etapa deste processo e condicionou a forma como os jornalistas enxergaram o ensino.

Após o 25 de Abril, o Sindicato dos Jornalistas (SJ) tinha o tema do ensino num plano secundário, porque a ditadura havia atrasado a resolução de diversas questões mais urgentes, ligadas ao processo de profissionalização, como a conquista da liberdade de imprensa, a reorganização da classe e a criação de um código deontológico. Fernando Cascais²¹, que à época era secretário da direcção do SJ, afirma que o ensino do jornalismo não foi tratado logo a

²⁰ Mensário aliado a “casa do povo” que era o elemento primário da organização corporativa do trabalho rural, durante o Estado Novo.

²¹ Director do Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (CENJOR) e docente do Curso de Comunicação Social e Cultural da Universidade Católica.

seguir à revolução e que houve um hiato entre 1974 e quase o fim da década, no qual o tema “ensino” pouco apareceu (CASCAIS, 2010a).

De acordo com Traquina (2004:26) a liberdade é o elemento fundamental para o desenvolvimento de um campo jornalístico independente e credível. Em 26 de Fevereiro de 1975 é publicada a Lei de Imprensa, que estabelece “a liberdade de expressão do pensamento pela Imprensa”, assim como o “direito a informar e ser informado” (MESQUITA in REIS, 1996:365). Este período marca o SJ, como uma fase altamente politizada e ideológica, num contexto inédito de liberdade de expressão e afirmação de convicções. À época, segundo Cascais, existiam divergências na direcção do Sindicato, entre facções que possuíam visões próprias sobre a importância de cada etapa que constituía o processo de profissionalização. Uma das divergências incidia sobre o modelo do ensino do jornalismo que deveria ser adoptado.

A peça jornalística publicada no *Diário Popular*, de 08 de Agosto de 1975, com o título “Duas listas concorrem a eleições para o Sindicato dos Jornalistas” (DIÁRIO POPULAR, sem autor, 1975:14, 15), relata, entre outros temas, o debate sobre o ensino do jornalismo, que ocorreu no mesmo ano. O jornalista Jacinto Baptista questiona a posição das duas listas concorrentes. A posição defendida pelo jornalista Adriano Carvalho é de que a questão do ensino do jornalismo foi utilizada como manobra para desvirtuar o debate sobre as questões fundamentais da classe jornalística, e reforça sua posição ao classificar a defesa do ensino do jornalismo como “declarações platónicas de princípios de alguns entusiastas” (*ibid.*).

O ensino universitário era considerado uma falsa questão, que desvirtuava o mais importante: a discussão da forma de controlo partidário que o Sindicato estava a sofrer. Adriano Carvalho considerava ainda que o ensino do jornalismo na universidade era algo sem sentido, pois dá a entender que a complexidade e a ambição do curso, aliadas ao esforço empregue por parte dos alunos, não justificariam o que “os recém-formados saíam dali a ganhar dois contos em dois anos de estágio ou qualquer coisa de parecido.” Informa ainda que a grande massa sindical era desinteressada pela questão do ensino, e que o tema era apoiado somente por alguns entusiastas. A maioria dos jornalistas defendia que a formação para o jornalismo deveria acontecer nas redacções.

Frente a esta desvalorização do ensino, o jornalista Cesário Borga, membro da lista concorrente, lembrou aos presentes na mesa redonda, que o tema interferia no “programa-manifesto” de uma das listas. Em sua perspectiva, e após defender que o jornalismo deve estar

ao serviço das classes trabalhadoras, e que por consequência os jornais deveriam privilegiar a contratação de pessoas provenientes dessas classes, toda a questão do ensino suscita uma outra, de maior importância, que é a definição “do tipo de cultura mínima de formação mínima para se ter acesso a profissão, ou como fazê-la chegar a todas as camadas especialmente as mais desfavorecidas” (*ibid.*).

Ainda no âmbito da mesa redonda de 1975, temos mais um exemplo de como os discursos que surgiam da própria classe cerceavam novas possibilidades de ensino, quando um dos participantes diminui a importância do ensino do jornalismo na universidade, dizendo: “se temos de fazer escola de jornalismo, é nos jornais.” A declaração seguinte, do mesmo membro, alimenta o dogma e o preconceito contra o ensino do jornalismo universitário: “Os jornais é que têm de se transformar, pois não são os doutores que os vão transformar, mas sim a prática, que neste momento é fundamental, e não a teoria.”

Lentamente a classe jornalística foi ganhando consciência sobre a importância do ensino para a profissão. Concomitante a essa tendência, também crescia uma expectativa histórica, por parte daqueles jornalistas que, como Adelino Gomes e José Pedro Castanheira ansiavam pela formação e capacitação profissional. É possível perceber o ressurgir do tema “ensino do jornalismo” nos debates da Assembleia da República (AR), a partir de 1978. Num dos debates, que tem lugar em Dezembro de 1978, um interveniente alerta para a precariedade de quadros “técnicos e investigadores em inúmeros ramos do conhecimento” (DIÁRIO DA AR, 1978:427), em Portugal, e menciona a ausência de cursos a nível superior relacionados com várias profissões, inclusive a de jornalista. A escola de jornalismo e o estatuto do jornalista também são referidos em debate que ocorre em Setembro de 1979 (DIÁRIO DA AR, 1979:2976). É relatado numa outra ocasião na AR, que em França a contratação de jornalistas pelas empresas empregadoras é livre, não sendo necessária a apresentação de um diploma para o exercício da profissão, mas o orador sublinha que existem escolas de jornalismo, “sendo algumas delas frequentadas por jornalistas portugueses, como é o caso do Sr. Deputado João Gomes”(*ibid.*:3325).

O ano de 1979 marca em definitivo a inscrição do tema “ensino do jornalismo” na agenda de debates. O artigo “Jornalismo: tarimba e escola” (O JORNAL, Jacinto Baptista, 1979), de 19 de Outubro de 1979, assinado pelo jornalista Jacinto Baptista, publicado nas páginas de *O Jornal*, inicia com o relato de uma experiência que o autor teve há mais de 30 anos, quando ainda era estudante: uma entrevista para o primeiro emprego com Acúrcio Pereira, o chefe de redacção do jornal. Desse relato emerge a percepção do jornalista de que em 1979

estava a ocorrer uma alteração na maneira como os jornalistas profissionais viam a questão do ensino do jornalismo.

A primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal, que seria criada em Novembro de 1979, fez com que o jornalista reflectisse sobre o início tardio de um processo de alteração de paradigma, ligado ao ensino do jornalismo: se na década de 40 prevalecia a ideia de incompatibilidade da carreira estudantil com a aprendizagem do jornalismo directamente nas redacções dos jornais, no fim desta década essa forma de pensar havia mudado. “Se, ainda hoje, se alega, com verdade – mas verdade insuficientemente [sic] – que a melhor escola de jornalismo é a própria tarimba da profissão, por outro lado, parece adquirida, mesmo entre os veteranos mais refractários às inovações, a noção de que a preparação académica – geral e especial – é desejável e não nociva ao jornalista”, conclui Jacinto Baptista, que se assume como “um tarimbeiro não ortodoxo”.

Após mencionar marcos importantes do ensino do jornalismo em Portugal, o jornalista exalta o papel da Escola Superior de Meios de Comunicação Social, como sendo até à data do artigo, a única escola portuguesa de jornalismo, “e que dela saíram, em anos sucessivos, raparigas e rapazes hoje merecidamente integrados como profissionais em vários *media*.” No final do artigo o jornalista defende que a “preparação escolar específica dos profissionais da Comunicação os habilitará, em futuro próximo a exercerem com mais rigor, conhecimento e responsabilidade o ofício para que sentem vocação”.

CAPITULO III

6 – A COMISSÃO CONSULTIVA PARA A LICENCIATURA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Foi a partir das conclusões de um “relatório onde constassem propostas concretas para a criação de um Curso de Pós-graduação em Jornalismo, sua localização, organização e funcionamento” (TAVARES, 1979a), preparado por um grupo de trabalho criado em Julho de 1979, pelo Ministro da Educação e da Investigação Científica, e pelo Ministro da Comunicação Social, que surge a proposta da criação de uma Comissão Consultiva²², constituída pelos membros deste grupo. O estudo estrutural, a organização e o acompanhamento da Licenciatura em Comunicação Social da UNL, seriam as principais missões da Comissão.

O relatório original descreve os pontos debatidos pelo grupo de trabalho, do qual participaram o Assessor da Secretaria de Estado do Ensino Superior, Adriano Rodrigues, que tinha o cargo de presidente na Comissão Consultiva, Fernando Cascais, jornalista profissional com habilitação universitária, e Jorge Tavares Rodrigues, Técnico do Ministério da Comunicação Social, e coordenador do grupo. O relatório informa o Ministro da Comunicação Social que as informações apresentadas haviam sido elaboradas a partir de conversas com Carlos Cáceres Monteiro, presidente do SJ, e através de três reuniões e duas conversas telefónicas com Adriano Rodrigues.

A proposta de criação de uma Comissão Consultiva elevaria em importância as deliberações do grupo frente às esferas de decisão em ambos os ministérios envolvidos. Membros do SJ poderiam fazer parte da Comissão, alguns nomes foram aventados: Jacinto Baptista, João Gomes, Carlos da Veiga Pereira e Rui Osório. Na visão de Jorge Tavares Rodrigues, o autor do documento, a Comissão poderia vir a ser convertida num Conselho Científico, para os cursos destinados aos jornalistas. Este conselho teria como funções o contacto com entidades internacionais, como a UNESCO, o Conselho da Europa e outras universidades.

²² Não foram encontrados documentos que comprovassem a oficialização de uma Comissão Consultiva, como o grupo passou a se autodenominar.

O relatório informava o Ministro da Comunicação Social sobre detalhes da Licenciatura em Comunicação Social da FCSH, como o *numerus clausus* de 30 estudantes para o primeiro ano, provenientes do propedêutico, e outros 15, seleccionados entre os jornalistas profissionais que se candidatassem, mas que respeitassem os seguintes critérios: ter mais de 25 anos e experiência profissional igual ou superior a 5 anos. O relatório avança com a informação sobre o início de um Curso de Reciclagem em Comunicação Social²³, para Março de 1980. Este curso surgiu de uma necessidade dos jornalistas, atendida pelo futuro coordenador do Departamento de Comunicação Social da FCSH, e teve como corpo docente os professores da Licenciatura. Segundo Adriano Rodrigues, “Era um curso laboral de poucos dias na semana” (RODRIGUES, 2010a). A hipótese da criação de um Curso de Pós-graduação em Comunicação Social, objectivo central do grupo nomeado pelos ministérios, ficou condicionada à formação dos primeiros alunos da Licenciatura, que aconteceria anos depois.

Nas notas finais do documento, o autor estabelece uma ligação entre os estudos realizados no âmbito da Comissão de 1978, encarregue pelo Ministério da Educação e Cultura e pela Secretaria de Estado da Comunicação Social, da criação de uma “Escola Superior de Comunicação Social”. No âmbito do ensino superior de curta duração, e a Licenciatura em Comunicação Social da UNL, lê-se nos últimos dois parágrafos: “Acrescentarei ainda que tenho prosseguido os contactos com o Prof. Adriano Rodrigues que me merece muita admiração. Tenho tido a satisfação de verificar que se interessa vivamente pelos estudos por mim realizados no âmbito da Comissão de 1978, posteriormente alargados e aperfeiçoados com vista à reformulação programática dos cursos ministrados na Escola Superior de Meios de Comunicação Social. A matéria de tais estudos servirá de base à definição das áreas de cada disciplina do curso superior de Comunicação Social, para além das do tronco comum. O esquema curricular do curso encontra-se em fase avançada”.

A ideia da criação da Comissão Consultiva, uma iniciativa efémera, foi apresentada como sendo uma iniciativa colectiva derivada do grupo de trabalho, mas a análise dos factos indicam que os esforços para a criação da mesma surgiram do técnico Jorge Tavares Rodrigues, que possuía ligação funcional com o Ministério da Comunicação Social, era docente da ESMCS e se posicionava como um intermediário nas conversas entre o SJ e Adriano Rodrigues.

²³ Em algumas fontes documentais o curso possui outros nomes, como Curso de Aperfeiçoamento em Comunicação Social, ou Curso de Reciclagem para Jornalistas, contudo, para efeito desta investigação, o nome que foi adoptado para descrever o projecto desenvolvido pelo Departamento de Comunicação Social da FCSH é Curso de Reciclagem em Comunicação Social, já que este é o nome oficialmente reconhecido no documento, que contem o projecto de criação do curso.

7 – O SINDICATO DOS JORNALISTAS EM MUTAÇÃO NO PÓS 25 DE ABRIL

A direcção do SJ fica a saber tardiamente da criação da Licenciatura em Comunicação Social, através de uma reunião organizada pelos responsáveis do grupo de trabalho, em 17 de Setembro de 1979, um dia antes de ser redigido o relatório que descreve os pontos debatidos pelo grupo de trabalho, dirigido ao Ministro da Comunicação Social. Cáceres Monteiro, presidente do SJ, reage e redige uma carta de protesto (MONTEIRO, 1979). Neste documento, que será analisado em pormenor no ponto oito da tese, o presidente do SJ mostra a sua indignação por não ter participado das diligências que antecederam o projecto para a criação da Licenciatura.

Esta reacção do presidente do SJ emerge de um cenário sindical de estabilidade político-ideológica, porque o período excessivamente politizado e dividido pelas sequelas da revolução, que se observou até 1977, com as disputas entre os partidos de esquerda e extrema-esquerda, havia sido superado. A eleição de uma nova direcção para o biénio 77/78, sob a liderança de Cáceres Monteiro, que depois é reeleito para o biénio seguinte, é capaz de organizar o relançamento do SJ, a nível institucional, com impacto em negociações para o benefício da classe jornalística. Este quadro de estabilidade pode ser explicado pelo apoio das maiores facções políticas do Sindicato, o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista Português (PCP), e pelas elevadas taxas de sindicalização, que se reflectiram de forma positiva a imagem da instituição frente às instâncias de poder da época.

A importância acrescida do SJ é lembrada por Fernando Cascais: “Depois do 25 de Abril o Sindicato cresceu muito, com aqueles que eram jornalistas, mas não podiam estar inscritos. E depois, com o tempo, o apetite pela informação era muito grande e foram se desenvolvendo mais órgãos de informação, mais jornais, depois rádios, etc., com isso foi aumentando o número de jornalistas. Há um acréscimo muito grande do número de jornalistas sindicalizados nos anos a seguir, portanto foram essas as razões, porque de um Sindicato muito pequeno passou a um Sindicato grande, sobretudo em aumento do número de associados, em muito pouco tempo” (CASCAIS, 2010a). Entre o intervalo de 1935 e 1987, o período em que se observa o maior aumento na evolução do número de jornalistas sindicalizados, se situa entre 1975 e 1980. Neste período de 5 anos o número de jornalistas sindicalizados aumenta de 812 para 1474 profissionais (SOBREIRA, 2003:28).

O cenário que aponta para uma evolução do Sindicato e consequente ganho de auto-estima interferiu na forma como os jornalistas viram a Licenciatura em Comunicação Social, aquando da sua criação, pelo que pensamos ser oportuno dar um enquadramento ao período em questão. Ironicamente, foi a censura que manteve em relativa unidade os jornalistas afectos ao regime e os jornalistas de esquerda e de extrema-esquerda contrários à ditadura. Quando o poder censório deixa de existir, o inimigo comum aos diferentes grupos ideológicos que constituíam o SJ também desaparece, logo, o grupo fragmenta-se. O período marcado pelo choque ideológico entre os jornalistas do Sindicato operou como um exercício catártico inexorável, como uma espécie de resposta involuntária e colectiva ao passado de repressão e tirania imposto pelo Estado Novo.

Um dos temas discutidos pelo Sindicato após a queda do regime foi a possibilidade de alterar a estrutura sindical única, que havia sido imposta por lei ainda no Estado Novo, uma altura em que cada profissão tinha o seu sindicato. Este quadro legal fazia com que cada jornal possuísse diversas representações sindicais: a dos motoristas, dos telefonistas, dos gráficos, dos revisores de imprensa, dos trabalhadores administrativos e dos jornalistas, entre outras. A discussão sobre o rumo que a estrutura do SJ deveria tomar recaiu sobre a alternativa da permanência de um Sindicato único, desta forma dar seguimento à estrutura que já existia, sob o argumento de que todos os jornalistas unidos teriam mais força. O modelo adoptado, que foi o da continuidade, ao invés de se mostrar pluralista, tolerante e aberto, e assegurar a representatividade de todos os jornalistas independente das suas ideologias, rapidamente se mostrou controverso.

As ideologias políticas extremadas não permitiam consenso, o Sindicato foi palco de lutas terríveis, segundo o jornalista José Pedro Castanheira: “Primeiro o PCP chegou a ter o controlo do Sindicato, logo após o 25 de Abril, e depois essa hegemonia foi combatida por sectores da extrema-esquerda, sobretudo pelo grupo maoista ligado a um pequenino partido de extrema-esquerda chamado Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), que é absolutamente anacrónico, mas que, na altura, era um partido muito aguerrido, com alguma expressão entre os jornalistas, sobretudo os mais jovens, e conseguiu de facto ganhar as eleições em 1975” (CASTANHEIRA, 2010).

A “confusão permanente” que se observava nas reuniões do Sindicato, repercutia-se na imprensa, como informa José Pedro Castanheira: “Havia uma confusão permanente com expressão na opinião pública, e depois isso vinha para os jornais, comunicados e acusações, que causava descrédito e uma grande desmobilização da massa de jornalistas”. A direita inexistia,

não participava das assembleias gerais do SJ. Os protagonistas dos maiores confrontos pelos rumos que a classe deveria tomar eram o MRPP e o PCP, e entre os dois partidos permanecia a União Democrática Popular (UDP).

Segundo Fernando Cascais, com o desaparecimento dos partidos de direita da direcção do Sindicato, afectos ao Estado Novo, criou-se uma lacuna político-ideológica, que foi rapidamente preenchida pelos partidos da esquerda e da esquerda radical. Os jornalistas do Sindicato representavam uma esquerda multifacetada, onde também participava a ala moderada do PS. O quadro de polarização ideológica fez com que houvesse rotatividade entre as facções partidárias na direcção do Sindicato, principalmente em razão de algumas das direcções não concluírem os seus mandatos. Segundo Cascais, essas direcções, “ou demitiam-se ou eram demitidas e depois faziam-se novas eleições” (CASCAIS, 2010a).

O quadro de fragmentação que vivia o SJ seria em breve substituído por um ambiente de conciliação político-ideológica. Cáceres Monteiro e José Carlos Vasconcelos²⁴ foram os principais responsáveis pelo novo rumo que o SJ iria tomar, e tornaram-se as figuras centrais de um movimento de ajustamento e convergência. É consensual entre Fernando Cascais, Adelino Gomes e José Pedro Castanheira, de que Cáceres Monteiro é a figura central da estabilização do Sindicato, a partir do biénio 77/78, quando é eleito presidente do SJ. Cáceres Monteiro e José Carlos Vasconcelos encabeçavam uma lista que contou com o apoio das duas maiores facções políticas do Sindicato, o PS e o PCP. Em 1977, convidam José Pedro Castanheira para participar na iniciativa de mudança. Além de serem moderados com capacidade de atrair consensos, os jornalistas responsáveis pela conciliação também mantinham contactos profissionais, um importante factor aglutinador.

Um relativo equilíbrio e uma base de entendimento são alcançados na direcção do SJ, quando Cáceres Monteiro é eleito presidente, e José Carlos Vasconcelos presidente da mesa da assembleia geral do Sindicato. No mesmo ano, José Pedro se torna tesoureiro do Sindicato e conhece Fernando Cascais e Adelino Gomes. Na visão de José Pedro Castanheira, após este momento, “o radicalismo de extrema-esquerda ficou derrotado para sempre [no SJ]” (CASTANHEIRA, 2010). Cáceres Monteiro permanece como presidente do SJ pelo biénio seguinte, 79/80, juntamente com Fernando Cascais como secretário da direcção, José Pedro

²⁴ Jornalista ex-dirigente do Sindicato dos Jornalistas, actualmente director do Jornal de Letras e da Revista Visão

Castanheira como tesoureiro, e Adelino Gomes como vogal. É esta a direcção do SJ²⁵ que participa das conversações com Adriano Rodrigues, no âmbito da criação da Licenciatura em Comunicação Social e do Curso de Reciclagem em Comunicação Social.

José Pedro Castanheira considera que, à época, o Sindicato foi dirigido por alguns dos melhores jornalistas portugueses, com grande capacidade de afirmação, e que conseguiram obter ganhos reais para a classe, como por exemplo a assinatura de contratos colectivos de trabalho. Além disso, José Pedro Castanheira exalta ganhos de grande importância no aspecto institucional do Sindicato: “O Sindicato passa a ser ouvido e respeitado pelo governo, participa na elaboração de algumas das principais leis do país, e portanto contribui activamente para a definição do quadro institucional da época. Dialoga com o presidente da república, com o parlamento, sempre na base de opiniões estudadas e fundamentadas, procurando envolver o máximo dos jornalistas, mobilizando a classe” (CASTANHEIRA, 2010).

O SJ sofreu grandes transformações a partir do 25 de Abril e até ao fim da década de 70. O pano de fundo foram as tensões do Processo Revolucionário em Curso (PREC), com repercussões no início da década de 80. O Sindicato desempenhou um papel fundamental na conquista de direitos básicos dos jornalistas, adiados por décadas de ditadura, como o direito à sindicalização. Até 1974, eram sindicalizados somente os jornalistas que trabalhavam na imprensa diária. Os demais, que actuavam na imprensa semanal, na televisão ou na rádio, não podiam inscrever-se no Sindicato, por determinação do poder da altura.

Este cenário de progresso e coesão no SJ reforça a emergência de um campo jornalístico em profunda transformação, mas com estabilidade político-ideológica conquistada, característica marcante no SJ do final da década de 70. Ecos da liberdade de imprensa recém-adquirida, ainda estão presentes neste momento de viragem e interferem no processo de profissionalização. Segundo o jornalista Walter Lippmann: “À medida que a função de uma imprensa livre numa grande sociedade se torna cada vez mais exigente, movemo-nos na direcção da profissionalização...Esta profissionalização crescente é, creio, a transformação mais radical desde que a imprensa se libertou do controlo governamental e da censura” (LIPPMAN *in*

²⁵ Direcção SJ Biénio 1979/80 – Presidente: Cáceres Monteiro – Vice-presidentes: Maria Antónia Pala, Cesário Borge, Rui Osório – Secretários: Fernando Cascais, José Manuel Castro Ribeiro – Tesoureiro: José Pedro Castanheira – Vogais: Adelino Gomes, Carneiro Jacinto, Goulart Machado, Luís Rodrigues, Pedro Anunciação, Bessa Tavares, Jorge Ribeiro, Luís Humberto Marcos, Luís Folhadela – Sítio do SJ -

<http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=117&idselect=51&idCanal=51&p=0>

TRAQUINA, 2004:17).

8 – A TOMADA DE POSIÇÃO DO SINDICATO DOS JORNALISTAS SOBRE A LICENCIATURA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

A 13 de Setembro de 1979, cinco dias antes do Técnico do Ministério da Comunicação Social enviar o relatório ao Ministro da Comunicação Social, a direcção do SJ foi contactada telefonicamente para um encontro na FCSH, que seria realizado em 17 de Setembro (MONTEIRO, 1979). Foi a partir dessa reunião, que a direcção do Sindicato oficialmente tomou conhecimento, através de Jorge Tavares Rodrigues e Adriano Rodrigues, sobre a Licenciatura em Comunicação Social. Cáceres Monteiro, eleito presidente do SJ pelo segundo biénio, período marcado pelo crescimento acentuado das taxas de sindicalização e ganho de vitalidade institucional, escreve uma carta em 26 de Setembro de 1979, constituída por quinze pontos, dirigida ao Ministro da Comunicação Social, com o conhecimento de Adriano Rodrigues e Jorge Tavares Rodrigues.

Em tom de protesto, o documento traz informações relacionadas com o facto de o SJ não ter tido a oportunidade de participar do projecto de criação da Licenciatura em Comunicação Social, em razão do mesmo ter sido divulgado tardiamente, quando se encontrava em fase avançada. O documento denuncia o descaso com que os ministérios envolvidos conduziram o tema “ensino do jornalismo”: “Estas questões têm sido sistematicamente inscritas nas agendas das sucessivas reuniões com os responsáveis governamentais pela Comunicação Social e pela Educação. Delas, porém, não têm resultado decisões ou progressos conducentes à solução de um problema que sucessivas direcções sindicais, representando as posições e os anseios da classe, têm programaticamente defendido” (*ibid.*). Em tom reivindicativo, o presidente do Sindicato lembrou que “o ensino do jornalismo não pode ser organizado à margem da classe e do seu Sindicato.”

Everett C. Hughes, sociólogo das profissões, da abordagem interaccionista, explica, em parte, o tom adoptado pelo presidente do SJ: “Os profissionais professam. Professam conhecer melhor que outros à natureza de certos assuntos, e conhecer melhor que os seus clientes o que os aflige ou aos seus assuntos. Esta é a essência da ideia profissional e da reivindicação profissional. Dela derivam muitas consequências. Os profissionais reclamam o direito exclusivo à prática” (HUGHES *in* TRAQUINA, 2004:17). Se por um lado existiu uma interferência que emergiu da apropriação do saber prático da profissão, por parte do presidente do SJ, externado

em alguns trechos da carta, por outro, o seu discurso foi influenciado e legitimado pela experiência adquirida, através da elaboração de projectos e relatórios com expressividade para a classe jornalística, ligados ao ensino do jornalismo; projectos que haviam sido concretizados na mesma década.

Encontros entre o representante do SJ e o Ministro da Comunicação Social foram realizados antes do anúncio da Licenciatura, com o propósito de incluir na agenda o tema do ensino do jornalismo e da valorização profissional. Um desses encontros aconteceu em 29 de Agosto de 1979, segundo informa Cáceres Monteiro nesta carta, e acrescenta que os assuntos que vinham sendo tratados não pareciam ter tido qualquer desenvolvimento. O presidente do SJ refere que logo após a tomada de posse do V Governo Constitucional, em 07 de Julho de 1979, liderado por Maria de Lourdes Pintassilgo, foi solicitada uma audiência com o Ministro da Educação, Luís Veiga da Cunha, tendo como único objectivo o debate de questões sobre o ensino do jornalismo, sem que essa solicitação tivesse sido atendida.

Com um discurso ora incisivo, ora contido, o presidente do SJ deixa transparecer indignação em trechos da carta. Como elemento de persuasão e para que o Ministro da Comunicação Social perceba a importância de se desenvolver um plano de ensino universitário, conjugado com as necessidades de conhecimento e aprendizagem que emergiam da profissão, Cáceres Monteiro recorda o relatório produzido por técnicos franceses que estiveram em Portugal, em 1976, para tratar da questão do ensino do jornalismo. Este documento ressalta que o sucesso do ensino do jornalismo está intimamente ligado à aceitação e participação da profissão a que se destina.

Cáceres Monteiro cita o relatório francês: “Se a profissão se opõe à escola ela pode recusar fornecer-lhe a cooperação técnica indispensável. Com efeito, parece inconcebível que uma escola de jornalismo possa funcionar em boas condições em Lisboa sem o concurso efectivo de profissionais da imprensa portuguesa...”. É evocado outro estudo, derivado da Comissão de 1978, elaborado para o efeito da criação de uma escola de jornalismo, que apontava para a necessidade em se distinguir as relações públicas do ensino do jornalismo. Fundamentando seus argumentos em elementos que surgem dos dois estudos, o presidente do SJ marca a sua posição frente ao desafio de se criar um curso que ensine jornalistas, e que tenha um forte sentido prático.

A carta dirigida ao Ministro da Comunicação Social também é um documento que defende e sistematiza uma questão fundamental para o SJ, que era a ligação entre ensino e profissão. Na visão do presidente do SJ esta ligação deveria acontecer através de 3 eixos: “1 – polivalência do ensino e da escola (Faculdade, Instituto ou Departamento), pelo aperfeiçoamento e reciclagem dos actuais jornalistas formando para a profissão e para o estudo das Ciências da Informação; 2 – participação de jornalistas no ensino (em aperfeiçoamento e formação) e, nomeadamente, através do seu órgão representativo – o SJ – nos órgãos orientadores, pedagógicos e científicos da Escola; 3 – o acesso dos jornalistas aos cursos ministrados”.

Sobre o ensino, em específico, deveriam ser considerados três tipos: “ 1 – ensino das Ciências da Informação (carreira docente e acesso a partir do secundário); 2 – formação específica de profissionais para a Imprensa, Rádio, Televisão e Cinema (inserção profissional com acesso a partir do secundário); 3 – aperfeiçoamento e reciclagem dos actuais profissionais (cursos curtos, abertos a todos os profissionais) ”.

No ponto número 13 do documento são destacados dois temas o da inserção dos futuros diplomados no mercado de trabalho e a simplificação da frequência de cursos aos actuais profissionais. O presidente do SJ avalia como grave a possibilidade dos jornalistas profissionais, que segundo o próprio seriam cerca de 1.500, em 1979, serem impedidos de ingressarem em cursos de jornalismo, mas ao mesmo tempo defende que as regras de acesso ao ensino superior sejam respeitadas, e diz, “Todas estas posições foram, de um modo geral, adoptadas pela comissão que funcionou em 1978, no âmbito dos Ministérios da Comunicação Social e da Educação”.

A carta informa que esta comissão de 1978 identificou que a geração de jornalistas que à época não possuía formação profissional estaria na activa pelos próximos 10 a 15 anos. Este é um outro argumento que reforça a necessidade de haver ligação entre o ensino e a profissão. Fica clara a posição do SJ sobre o ensino, “Daí, sobretudo, a reafirmação do SJ, no seguimento de anteriores posições e de todos os estudos especializados já referidos nesta nota, que a prioridade deverá ser dada aos cursos de aperfeiçoamento e reciclagem, o que não impede, de forma alguma, o início simultâneo, ou no ano seguinte, do ensino de formação em jornalismo”.

Outro argumento favorável ao propósito de valorização da classe mencionado no documento é o facto de haver em outros países uma “inflação de licenciados em jornalismo”,

um grande contingente de licenciados à procura de emprego. Esta é a forma que Cáceres Monteiro encontra para colocar o SJ no centro do debate sobre o ensino do jornalismo na universidade: “A perspectiva e preocupação académica da universidade deve aliar-se a compreensão e observância da realidade da profissão e das condições do seu exercício, das quais o SJ é o legítimo porta-voz.”

O SJ, através do discurso de seu presidente em todo o documento é confirmado como porta-voz legítimo dos jornalistas, logo, não poderia ficar à margem de qualquer iniciativa que estivesse relacionada com o ensino do jornalismo. Contudo, o relatório francês produzido em 1976 pelos especialistas franceses, alerta para o facto dessa necessidade de convergência de interesses, entre a universidade e os profissionais, não acontecer, destacado no ponto dez da carta: “É necessário desconfiar das distâncias naturais existentes entre a universidade e o mundo profissional. Isto particularmente no caso de uma escola de jornalismo. Existe um risco de não-comunicação assegurada entre estas duas esferas bastante afastadas uma da outra. Isto pode contribuir para uma rejeição da escola pela profissão!”

As razões que tornam importante a estreita ligação entre a universidade e a profissão são relatadas no documento. Segundo o presidente do SJ, os temas deveriam ser debatidos pelo Governo, pelo SJ e pelas associações patronais, caso contrário se daria o afastamento entre a escola e a profissão. A carta destinada ao Ministro da Comunicação Social é concluída da seguinte forma: “Enfim, a Direcção do Sindicato, embora alente só agora poder intervir num processo conducente a uma antiga e legítima reivindicação dos jornalistas manifesta-se disposta a participar com a Universidade e o Governo, nos trabalhos para a criação do ensino do jornalismo e para a valorização dos jornalistas numa perspectiva que alie o vigor intelectual à independência e as condições práticas do exercício da profissão.” Por fim, o presidente do SJ indica o nome de dois jornalistas para compor a Comissão organizada por Jorge Tavares Rodrigues, são eles, Rui Osório e João Mendes.

O presidente do SJ identifica argumentos, que os envolvidos na criação da Licenciatura em Comunicação Social, tanto o Governo quanto Adriano Rodrigues e Jorge Tavares Rodrigues, em sua perspectiva, deveriam ter tido em consideração no sentido de terem viabilizado a participação do Sindicato na criação da Licenciatura. Constatamos a partir dos motivos apresentados, o facto de existir uma grande maioria de jornalistas tarimbeiros entre os profissionais sindicalizados, em 1979, com baixo grau de escolaridade e técnicas jornalísticas elementares, fazendo com que o aprimoramento destes profissionais fosse tratado de forma urgente. Os argumentos são potencializados pelos diagnósticos realizados em 1976 e 1978, por

especialistas franceses e pela comissão nomeada por dois ministérios, respectivamente. O alcance histórico das reivindicações sistemáticas a respeito de soluções para o ensino do jornalismo, realizadas pelas sucessivas direcções do SJ, opera como uma autorização para o tom discursivo adoptado na carta. O momento positivo pelo qual atravessava o Sindicato amplificou a voz de seu presidente.

9 – A PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA

O grupo de trabalho criado por despacho, em 18 de Julho de 1979, pelo Ministro da Educação e da Investigação Científica, e pelo Ministro da Comunicação Social, passou a autodenominar-se Comissão Consultiva²⁶, a partir de 18 de Setembro de 1979, data do relatório redigido pelo Técnico do Ministério da Comunicação Social, Jorge Tavares Rodrigues. Os trabalhos da Comissão Consultiva têm início com a primeira reunião, em 01 de Outubro de 1979, na sede do SJ.

Como resultado deste encontro, do qual participaram Adriano Rodrigues, Jorge Tavares Rodrigues, Jacinto Baptista (a substituir João Mendes) e Rui Osório, foi redigido um relatório dirigido ao Ministério da Comunicação Social, com cópia para o Secretário de Estado do Ensino Superior, com o título: “Acta da primeira reunião de trabalho da Comissão Consultiva encarregada do estudo estrutural, organização e acompanhamento do curso superior de Comunicação Social, do curso de reciclagem para jornalistas e do curso de pós-graduação em Comunicação Social” (TAVARES, 1979). O documento, que pode ser qualificado como audacioso é assinado por Jorge Tavares Rodrigues, o coordenador dos trabalhos, e reúne temas relacionados com a Licenciatura em Comunicação Social e o Curso de Reciclagem em Comunicação Social.

A repercussão de uma notícia de 28 de Setembro de 1979, divulgada pela *Agência Noticiosa Portuguesa* (ANOP), é o primeiro tema a ser abordado na acta. O presidente do SJ, ouvido por Jorge Tavares Rodrigues, desmente a notícia que enfatiza o aspecto demasiado teórico do plano de estudos da Licenciatura, afirmação que é atribuída a Cáceres Monteiro. Este também esclarece as razões que o levaram a escrever a carta em tom de protesto ao Ministro da Comunicação Social: “Quanto ao sentido e conteúdo da carta enviada ao Ministério da Comunicação Social, era conveniente entender que se tratava de um documento não destinado à

²⁶ Não foram encontrados documentos que comprovassem a oficialização de uma Comissão Consultiva

publicação e que tinha mera intenção de historiar diligências anteriormente feitas junto de instâncias oficiais, bem como de definir princípios a respeitar. Isto, atendendo, sobretudo, ao facto de a Direcção do SJ representar cerca de 1.300 profissionais das mais diversas tendências políticas e ideológicas. O tónus emocional de certas passagens da carta não deveria ser hipertrofiado – e sim enquadrado nos circunstancialismos que têm envolvido uma questão de tanto alcance para a classe jornalística”.

O presidente do SJ adopta uma postura conciliatória frente às possíveis polémicas que pudessem comprometer o SJ, nas decisões que seriam derivadas da Comissão Consultiva. É fundamental ressaltar que nesta reunião, o conteúdo curricular da Licenciatura em Comunicação Social foi submetida a aprovação pelos membros da Comissão Consultiva, tendo sido aprovada sem qualquer alteração por parte dos representantes do SJ, Rui Osório e Jacinto Baptista. Uma vez mais, o autor da acta se refere à comissão de 1978: “A propósito da ‘ementa curricular’ foi sublinhado, ainda, que a substância desta, se contém inteiramente [palavra grifada no original] no estudo da Comissão de 1978, ainda que a nomenclatura difira em aspectos de pormenor e a abordagem seja feita sob uma óptica mais consentânea com o sentido e a natureza de um curso de Ciências Sociais” (*ibid.*).

O documento refere uma declaração de Adriano Rodrigues, que esclarece que a Licenciatura criada “procura satisfazer os aspectos incontroversos consignados nos Relatórios das Comissões de trabalho criadas para o efeito em 1970 [Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal] e 1978.” Os pontos de convergência entre os comentários de Adriano Rodrigues e os relatórios de 1970 e 1978 foram os seguintes, identificados no ponto 3.2.1 da acta: urgência na criação da Licenciatura em Comunicação Social, porque sem este curso, não se constituiria capital humano para a criação de outros cursos, como os de curta duração ou de reciclagem; a Licenciatura em Comunicação Social deverá prover uma formação polivalente, não devendo se limitar a formação jornalística.

A convergência entre o relatório de 1978 e a Licenciatura continua a ser mencionada: “polivalência na formação de base, inserção das Ciências Sociais, progressiva iniciação de estudantes numa dinâmica transdisciplinar a desenvolver em trabalho de grupo” (*ibid.*). O documento garante também o acesso à Licenciatura pelos profissionais do jornalismo.

Na peça do jornal *A Tarde* de 01 de Outubro de 1979 (SOUSA, 1979:11), escrita com base numa entrevista a Adriano Rodrigues, com o título “Que curso superior de comunicação

social?”, os relatórios são retomados pelo entrevistado, “Há sobretudo dois trabalhos de bastante envergadura, que importa referir – um relatório preparado em 1970 e um outro, bastante extenso e muito documentado, que foi publicado no segundo semestre do ano passado; forma trabalhos muito importantes e que abriam pistas efectivas.” O jornalista Sousa Dias, que assina a peça, confirma através de Adriano Rodrigues que o ensino do jornalismo deve ser integrado num projecto mais amplo, ressaltando a característica de polivalência da Licenciatura.

Na acta que sintetiza a reunião, são identificadas as possíveis saídas profissionais para a Licenciatura: “profissionais da informação, investigadores, docentes, adidos de imprensa, animadores culturais e todos os que no futuro de uma sociedade em mudança poderão vir a ser os criadores de novas formas comunicacionais.” Estas informações estão em consonância com o folheto publicitário da Licenciatura em Comunicação Social, criado em 1980, para a promoção do curso: “O curso prepara docentes para o ensino secundário e superior, investigadores, profissionais para empresas de comunicação social, tanto públicas como privadas, nomeadamente da imprensa escrita, radiofónica e televisiva, adidos de imprensa, animadores culturais” (vide Anexo I).

A entrevista concedida por Adriano Rodrigues ao jornal *A Tarde* ratifica as informações relacionadas a polivalência da Licenciatura, contidas na acta da reunião e no folheto publicitário: “não se trata de um curso de jornalismo, no sentido tradicional do termo, mas de onde poderão sair, para além de profissionais da informação, adidos de imprensa, animadores culturais e todos os que no futuro de uma sociedade em mudança, poderão vir a ser os criadores de novas formas comunicacionais” (SOUSA, 1979:11).

Na acta estão registadas questões relativas às condições de acesso e à frequência do curso, neste sentido Adriano Rodrigues requereu à Direcção do SJ um parecer sobre as condições de acesso à Licenciatura em Comunicação Social por parte dos jornalistas. O documento solicitado por Adriano Rodrigues foi elaborado pela Direcção do SJ com o título “Acesso dos Jornalistas (Imprensa, Rádio, Televisão e Cinema) ao Curso Superior de Comunicação Social” (SJ, s.d.) e determinava os seguintes termos para frequentar o curso: 1. – ter 25 ou mais anos de idade; 2. – ter 5 ou mais anos de profissão; 2.1 – No caso dos sindicalizados, o SJ confirmará; 2.2 – No caso dos não sindicalizados, será a empresa (ou empresas) onde o candidato trabalha; 3. – Curriculum académico e profissional; 4 – Conhecimento de inglês e/ou francês, para eventual dispensa destas disciplinas previstas na “ementa” do Curso Superior de Comunicação Social; 5. – O candidato poderá ainda ser convocado a uma entrevista com o júri de selecção, no qual competirá a última decisão na

escolha, face ao *numerus clausus* previsto; 6. – Salvo os casos de impedimento no exercício da profissão, previsto no Estatuto do Jornalista, nenhum profissional poderá ser dispensado no acesso ao Curso Superior de Comunicação Social por razões ideológicas, políticas, religiosas ou outras; 7. – Os jornalistas profissionais que frequentarem com aproveitamento o Curso Superior de Comunicação Social serão dispensados do 5º ano (estágio), terminando o seu curso e obtendo a respectiva Licenciatura no fim dos quatro anos.

São descritas no documento as facilitações no acesso à Licenciatura pelos jornalistas, como a dispensa do exame de admissão *ad-hoc*, do estágio e do seminário, que deveriam ter lugar no 5º ano. As disciplinas das línguas inglesa e francesa não seriam obrigatórias caso os jornalistas atestassem através de diplomas suas competências. O documento informa que a frequência das aulas não era obrigatória e que haveria 18 vagas para profissionais da informação. A frase “O acesso ao curso dos actuais profissionais deste sector [jornalismo] deverá ser garantido”, foi atribuída a Adriano Rodrigues, por Jorge Tavares Rodrigues, na acta.

10 – ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A COMISSÃO CONSULTIVA

Antes da Comissão Consultiva ter sido criada, enquanto ainda existia como grupo de trabalho, os temas que foram abordados na reunião onde a direcção do SJ fica a saber da criação da Licenciatura em Comunicação Social, já haviam sido discutidos entre o coordenador e o presidente da Comissão, Jorge Tavares Rodrigues e Adriano Rodrigues, sem a participação do SJ. Dois documentos provam a marginalização do SJ sobre os assuntos ligados a Licenciatura. O primeiro deles, o relatório redigido por Jorge Tavares Rodrigues, um dia após a reunião com a direcção do Sindicato, em 17 de Setembro de 1979, dirigido ao Ministro da Comunicação Social, onde o coordenador da Comissão informa ter tido três reuniões com Adriano Rodrigues e duas conversas telefónicas. O segundo, a carta de protesto escrita pelo presidente do SJ, em 26 de Setembro de 1979, enviada ao mesmo Ministro da Comunicação Social, em que confirma o não conhecimento da Licenciatura.

A condição de observadores, imposta aos membros da direcção do SJ no processo de criação da Licenciatura, não se deve somente ao facto de não terem sido envolvidos no processo atempadamente. A razão de os jornalistas não terem participado de forma efectiva deste momento histórico para o ensino da Comunicação Social em Portugal, é sintomático e não pode ser explicado somente através das acções da Comissão. A desarticulação dos interesses da classe ligados ao ensino se deu, historicamente, nas esferas institucionais do poder.

Desde 1941 que era repetidamente debatida a possibilidade dos jornalistas receberem formação: Luis Teixeira, presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas entregou no dia 8 de Fevereiro de 1941, no Departamento de Estado da Educação Nacional o texto do projecto de um Curso de Formação Jornalística. O projecto não avançou pela falta de apoio do estado, e como consequência, o Sindicato não conseguiu reunir os recursos necessários para a realização do curso. Este foi o primeiro caso, de outros, que não avançaram por falta de apoio do governo.

É do esforço do Sindicato, no sentido de interagir com entidades e representantes de instituições, com o objectivo de obter soluções de ensino para o aprimoramento do jornalismo que se praticava, que surgem os conflitos. Tanto a Comissão Consultiva criada para Licenciatura, quanto o governo, no episódio de 1941, descrito no parágrafo acima, representam em graus diferentes, forças antagónicas para o atingimento dos objectivos ligados ao ensino. Neste sentido, a abordagem interaccionista do processo de formação das profissões, é a mais adequada para elucidar o processo pelo qual o SJ atravessou, neste momento de aproximação à possibilidade de aquisição de conhecimentos a nível superior, porque o tónus desta lógica não está na definição de critérios a serem cumpridos pela profissão, mas sim na identificação das circunstâncias, que determinaram a transformação de uma ocupação em profissão (RODRIGUES, M. *in* FIDALGO, 2008:21).

Os sucessivos movimentos de aproximação do Sindicato, em direcção das alternativas para concretizar soluções aventadas para o ensino do jornalismo, são interpretados pela abordagem interaccionista, como acções dentro de uma perspectiva dinâmica, abrangidos por um plano relacional, pois envolvem entidades e representantes de instituições. O reforço desta perspectiva trazida pelo interaccionismo é o facto de o Sindicato ter aderido a Comissão Consultiva, mesmo após saber que o plano de criação da Licenciatura já havia sido traçado. Esta predisposição para a manutenção da relação, neste caso em concreto, com os criadores da Comissão e o com o Ministério da Comunicação Social, em oposição a uma possível ruptura, dá a entender que o processo para se atingir o objectivo é ainda mais relevante que a defesa incondicional do modelo de ensino que consideravam o mais adequado.

Cáceres Monteiro em sua carta ao Ministro da Comunicação Social, logo nas primeiras linhas, ressalta que a necessidade do ensino do jornalismo e da valorização profissional dos jornalistas “têm sido sistematicamente inscritas nas agendas das sucessivas reuniões com os responsáveis governamentais pela Comunicação Social e pela Educação. Delas, porém, não têm

resultado decisões ou progressos conducentes à solução de um problema que sucessivas direcções sindicais, representando as posições e os anseios da classe, têm programaticamente defendido” (MONTEIRO, 1979:1).

Esta citação na tónica da acção da abordagem interaccionista, onde as actividades profissionais são analisadas “simultaneamente como processo subjectivamente significantes e como relações dinâmicas com os outros” (DUBAR & TRIPIER, 1998 *apud* FIDALGO, 2008:22) reforça o argumento da manutenção das relações. A relação entre a classe jornalística e a sua história, analisando a profissionalização como uma construção, como um processo de aprimoramento, como um “percurso com vista ao reconhecimento, tanto por parte dos parceiros económicos como do Estado e da sociedade globalmente considerada, de uma competência específica”, objectiva a “criação de um monopólio do mercado de trabalho” (RUELLAN, 1997a *apud* FIDALGO, 2008:22).

Os sucessivos adiamentos das questões ligadas ao ensino do jornalismo, nos anos que antecederam a criação da Licenciatura, foram derivados da situação política altamente instável pela qual passava o país. Adelino Gomes resume essa descontinuidade dos planos de governo: “a primeira coisa que se fazia a um departamento governamental, a nova tutela, era quase acabar com aquilo que tinha sido feito antes. Estávamos sempre a inventar a roda” (GOMES, 2010a).

A participação do SJ na Comissão, embora tardia, aconteceu segundo autorização do Ministério da Comunicação Social, em resposta às pressões que eram feitas pela classe. Adriano Rodrigues apresenta as razões para o terem convidado a participar da Comissão: “foi o Ministério que acolheu essa solicitação, para dar resposta a pressão que era feita pela profissão. E como eu estava a criar o curso na Nova, vieram buscar-me, porque de alguma maneira, sendo eu ligado ao Ministério da Educação, poderia apadrinhar essas pretensões, coisas que eu fazia de bom gosto, mas não tinha nenhum poder para isso” (RODRIGUES, 2010b). Tal facto sinaliza uma dependência por parte do Sindicato ao governo, mas também denuncia um relativo equilíbrio de forças.

A Comissão Consultiva tinha objectivos ambiciosos, mas poder de acção reduzido, porque era exterior ao ordenamento jurídico e organizativo do Ministério da Educação e da Investigação Científica, o responsável pelas universidades, e também, por não haver ligações institucionais entre os membros da Comissão. Segundo Adriano Rodrigues, “muitas das coisas que eram levantadas nas poucas reuniões que houve eram impensáveis num quadro da estrutura

universitária da época. É preciso pensar que é em 79, que as universidades não têm autonomia. É o Ministério da Educação que aprova os programas, que cria os cursos e inclusivamente financia as universidades. A lei da autonomia acabou por vir dez anos mais tarde. Nessa altura, o que uma Comissão dessas podia em termos efectivos? Fazer avançar algo de novo? Muito pouco. E foi por isso que perante essa pouca capacidade deliberativa de decisão, que [a Comissão] acabou por se desfazer” (*ibid.*).

João Palmeiro, presidente da Associação Portuguesa de Imprensa, foi à época da criação da Comissão Consultiva, o responsável pelas relações internacionais do Ministério da Comunicação Social. O antigo colega de Jorge Tavares Rodrigues destacou a limitação que caracterizava a Comissão e esclareceu o tipo de ensino do jornalismo que era valorizado pelo Ministério para o qual trabalhava: “Nessa altura o Ministério da Comunicação Social estava empenhado na criação daquilo que vinha a ser CENJOR, mais tarde. Todo o esforço do Ministério estava voltado a uma solução de *training*, de formação profissional. Um curso de licenciatura podia me interessar a mim, pelas minhas relações com a UNESCO, pelas minhas relações académicas, ou ao Jorge, mas ao Ministério enquanto entidade contribuinte, não” (PALMEIRO, 2010).

A informação trazida por João Palmeiro sustenta a intenção por detrás da criação do grupo de trabalho, que antecedeu a Comissão Consultiva, cujo principal objectivo era definir “propostas concretas para a criação de um curso de pós-graduação em Jornalismo, sua localização, organização e funcionamento” (TAVARES, 1979a). João Palmeiro informou também, que existiam verbas de cooperações internacionais provenientes de França, Alemanha e Inglaterra, que eram destinadas a formação profissional. Este é mais um elemento, que justifica a prioridade do Ministério da Comunicação Social pelo ensino profissional e não académico.

Os documentos e depoimentos colhidos para esta investigação apontam Jorge Tavares Rodrigues, como o principal promotor da Comissão Consultiva, informação confirmada por João Palmeiro. Adriano Rodrigues descreve Jorge Tavares Rodrigues como uma pessoa presente e muito empenhada. Segundo Adriano Rodrigues, a natureza da Comissão “foi muito efémera, acho que teve duas ou três reuniões, não teve mais” (RODRIGUES, 2010b). Os elementos centrais debatidos na Comissão foram concretizados na Licenciatura bem como no Curso de Reciclagem em Comunicação Social.

CAPITULO IV

11 – EQUÍVOCOS EM TORNO DA EXPRESSÃO *COMUNICAÇÃO SOCIAL*

Segundo Adriano Rodrigues, fundador do Departamento de Comunicação Social da FCSH-UNL, a expressão *Comunicação Social* que deu nome a Licenciatura confundiu jornalistas e candidatos ao curso, “A designação que foi atribuída de *Comunicação Social* criou mais equívocos do que esclarecimentos. [...] Estas confusões marcaram no entanto, e desde o início do curso, um conjunto de equívocos, tanto dentro como fora da universidade” (RODRIGUES, 2010c).

José Rebelo, ex-docente da Licenciatura em Comunicação Social, ratifica os equívocos e esclarece, “eu lembro-me que havia sempre uma cerimónia no início do ano lectivo, em que se reuniam todos os alunos que entravam nesse primeiro ano, todos os docentes, e o objectivo consistia em explicar aos alunos que aquilo não era nenhuma licenciatura em jornalismo, que aquilo não se destinava a formar jornalistas, mas que era, digamos, uma formação mais ligada as ciências da comunicação em sentido geral, e que o objectivo não era tanto o de formar jornalistas, mas o de formar pessoas que pudessem pensar criticamente sobre o fazer jornalístico; o que são coisas completamente diferentes” (REBELO, 2010).

Adelino Gomes, enquanto ex-jornalista da *Rádio Renascença* afirma que a expressão *Comunicação Social* era “praticamente sinónimo de jornalismo” (GOMES, 2010a). Segundo o jornalista, no início da década de 70 a expressão era consagrada como sinónimo de jornalismo, mas que também abrangia relações públicas e publicidade e relembra que a expressão *Comunicação Social* ganha força no primeiro governo provisório, quando é adoptada pelo Ministério da Comunicação Social, que era comandado pelo jornalista Raul Rêgo, director do *Jornal República*. O jornalista veterano clarifica, “Dizer Comunicação Social em Portugal, de um ponto de vista utilitário, queria dizer, os jornais, a rádio e a televisão.” Sobre o facto da Universidade ter adoptado a expressão para nomear a Licenciatura, Adelino Gomes reflecte, “Você pode entender como erro, mas pode entender também como uma coisa pragmática” (GOMES, 2010a).

O professor João Pissarra Esteves, ex-aluno da segunda turma da Licenciatura em Comunicação Social, que se tornou professor na FCSH na sequência de um mestrado, situa a expressão *Comunicação Social* no tempo e diz que o termo “cristalizou-se em torno dos *media*,

que era utilizado na época para designar formas de comunicação que estavam associadas aos *media*. Ele [o termo] combinava duas vertentes, embora depois não as sistematizasse, mas combinava-as, que era *media* e jornalismo, não querendo dizer que estas duas vertentes delimitassem fronteiras perfeitamente rígidas e inequívocas. Também se podia falar em *Comunicação Social* a propósito do cinema, ou até a propósito de certas formas de expressão cultural, mas normalmente estes dois elementos [*media* e jornalismo] eram mais fortes para caracterizar isso” (PISSARRA, 2011). A perspectiva de que a Comunicação Social é um sistema e não um meio ganha amplitude quando a interpretamos de um ponto de vista conceptual. Sob esta nova óptica, segundo João Pissarra, ela passa a ser um processo que abrange os meios, os actores sociais, os discursos e as práticas. Desta forma a expressão assume características mais complexas.

A ambiguidade da expressão, segundo Adriano Rodrigues, acontece quando é descontextualizada de seu sentido sociológico, que fala da interacção entre os indivíduos em grupo e dentro da sociedade. Quando a expressão é apropriada para descrever os meios de Comunicação Social, a sua interpretação passa a adquirir um outro sentido, perverso, já que a instrumentalização dos cursos de comunicação com o objectivo para saídas profissionais, “os torna anticientíficos e antiacadémicos”, explica Adriano Rodrigues. Uma análise do plano de estudos do curso confirma o enquadramento sociológico da Licenciatura em Comunicação Social, pois durante os 4 primeiros anos existiam 4 disciplinas obrigatórias ligadas directamente a sociologia. No quarto ano era dada a possibilidade ao aluno de escolher duas disciplinas, de uma lista com 26 disciplinas optativas; 12 disciplinas desta lista eram ligadas a sociologia.

Com o passar do tempo a Licenciatura em Comunicação Social passou a incorporar disciplinas práticas, no sentido de alargar suas possibilidades de formação, mas sempre com o propósito inicial de ser centrada no desenvolvimento do espírito crítico do aluno e não prepará-lo para o mercado de trabalho, reflecte Adriano Rodrigues, se referindo ao passado do curso²⁷. Por esta razão em meados da década de 90 o nome da Licenciatura foi alterado para Ciências da

²⁷ “O problema é saber o que é que nós queremos. O que é formar um bom jornalista? É o jornalista que vende mais jornais, ou alguém que é consciente das perversões da linguagem, ou das capacidades de sedução da linguagem e que tem instrumentos para não se deixar instrumentalizar? Por isso é que eu digo, a formação profissional deve ser dada nas empresas porque as empresas tem interesses profissionais, a universidade não tem interesses profissionais. A universidade tem interesses científicos e culturais, nós devemos formar os alunos para perceberem quais são os mecanismos de sedução, que são utilizados pelas profissões.” Segundo entrevista pessoal concedida por Adriano Duarte Rodrigues, em 09/06/10.

Comunicação.

O professor João Pissarra (2011), que desempenhou um papel importante neste processo, ressalta que o termo, de um ponto de vista conceptual era fraco, porque “é um termo que não chega a ser conceito”. O professor identifica três razões principais para a alteração do nome da Licenciatura: a primeira causada por um “desconforto académico com o termo, que não consegue se afirmar enquanto conceito”; a segunda porque o termo passou a ser utilizado cada vez menos e “estava a perder atractividade dum ponto de vista da sua circulação social”. Por fim o novo nome, Ciências da Comunicação, era mais adequado a realidade do curso, com uma maior diversidade de saberes, fomentado pelo desenvolvimento do Departamento de Ciências da Comunicação.

Comunicação Social foi e ainda é, uma expressão para designar os *media* e o jornalismo, e não um conceito. As evidências apontam para uma clara ambiguidade derivada desta expressão, que de certa maneira estava adequada a polivalência da Licenciatura. Por outro lado, também fica evidente as falsas expectativas que foram geradas quando a expressão passou a dar nome a Licenciatura, já que, à época de sua criação, *Comunicação Social* era um tema ainda mais popular do que nos dias actuais, como sinónimo patente para *media* e jornalismo.

12 – AS TENSÕES DO CAMPO JORNALÍSTICO EM TORNO DA LICENCIATURA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Foi observado durante o processo de criação e lançamento da Licenciatura em Comunicação Social, uma série de tensões, decorrentes da própria classe jornalística, de equívocos causados pela expressão Comunicação Social, e da suposta falta de entendimento entre jornalistas e académicos, todos estes, elementos centrais para esta tese de mestrado. Os profissionais da área do jornalismo e da comunicação corporativa, não encontrariam na Licenciatura as respostas para as exigências que emergiam do mercado de trabalho, como a formação prática.

Adriano Rodrigues salienta: “O projecto do Departamento de comunicação da Nova, desde a sua criação esteve sempre a milhas das expectativas profissionalizantes. Tanto dos profissionais das actividades que para si se atribuem o nome de comunicacionais, como dos estudantes que se candidatavam ao curso, imbuídos da expectativa de obterem com o diploma universitário um passaporte para entrarem nestas profissões” (RODRIGUES, 2010c).

O facto de o curso ter sido criado visando a investigação científica e a reflexão na área da comunicação, como sabemos, não foi traduzido no nome dado a Licenciatura. A forma com que o curso foi publicitado também contribuiu para que equívocos acontecessem, como indica o excerto a seguir, de um folheto publicitário produzido pelo Departamento de Comunicação Social da FCSH: “O curso prepara docentes para o ensino secundário e superior, investigadores, profissionais para empresas de Comunicação Social, tanto públicas como privadas, nomeadamente da imprensa escrita, radiofónica e televisiva, adidos de imprensa, animadores culturais.” (vide Anexo I). Um único curso, sem áreas de especialização, não poderia aportar conhecimento adequado para formação de profissionais tão distintos quanto um jornalista e um professor do ensino secundário.

A entrada de Adelino Gomes e de José Pedro Castanheira no jornalismo, são casos representativos de duas gerações que possuíam um *deficit* de conhecimento sobre a profissão, tanto teórico, quanto técnico, e que ambicionavam oportunidades de aprendizagem. Era um pequeno número de tarimbeiros que tinham interesse pelo ensino universitário do jornalismo, segundo Adelino Gomes, que não consegue precisar a quantidade de jornalistas do Sindicato empenhados na defesa do tema. Com a divulgação da Licenciatura em Comunicação Social, os jornalistas se aperceberam que o projecto da UNL era “sustentado e interessante” (GOMES, 2010a) e que se diferenciava do que já havia existido; esse foi o factor que os motivou a se interessarem pelo curso.

Adelino Gomes sintetizou o desejo que os jornalistas tinham em realizar um curso universitário: “E foi para isso no fundo, que olhei para a Universidade que se chamava Nova, num tempo novo, que é o pós 25 de Abril, como a aliança final [entre a profissão e a universidade] ” (GOMES, 2010b). Um curso universitário que privilegiasse aspectos do ensino prático da profissão era o ideal da grande maioria dos jornalistas. O paradigma de ensino do jornalismo à época da criação da Licenciatura era a formação profissional, ancorada na prática jornalística, por razões já identificadas.

A expectativa que emergiu da necessidade histórica de uma parte dos jornalistas tarimbeiros pelo ensino e formação profissional alimentaram falsas esperanças em torno da Licenciatura. A imagem que foi construída da Licenciatura, através da publicidade divulgada pela Universidade e através dos jornais, direccionou debates e reforçou opiniões negativas sobre o curso, ao ponto de pensarem “que a Universidade Nova vinha fazer um curso contra o campo profissional e contra os jornalistas” (GOMES, 2010a).

Esta opinião de Adelino Gomes encerra a concepção do livre acesso à profissão, porque se o ensino superior é visto como um elemento nocivo aos jornalistas, não faria sentido ter o diploma universitário como um dos componentes centrais do processo de profissionalização e de acesso à profissão. Segundo Traquina, “o sindicato privilegiou como objectivo durante os anos 1980 e 1990 o livre acesso à profissão, quando já nos anos 1920 o sindicato francês de jornalistas tentou limitar o acesso ao jornalismo e distinguir entre “os profissionais” e “os amadores” (TRAQUINA, 2004:50).

O autor prossegue e afirma que o Sindicato, ao invés de valorizar o papel das universidades na formação dos jornalistas, denigre os cursos de comunicação e jornalismo descrevendo-os como “(des)formação”, termo que faz alusão à capa da publicação periódica do SJ, “Os (des)caminhos do Acesso à Profissão” (SJ, 1993).

A II Jornada de Acesso a Profissão de Jornalista, retratada neste periódico, defende o “jornalismo como profissão aberta, sem condicionamento a exigência de um curso superior”, mas salienta a necessidade num maior diálogo com as universidades, no sentido de adequarem o curriculum dos cursos e a capacitação de docentes, às necessidades técnicas da profissão.

Ao confrontar a citação de Adelino Gomes, e a informação aportada por Traquina, observa-se que o paradigma do ensino da prática em detrimento da utilidade da formação teórica cristalizou-se nas mentalidades dos sindicalistas e ultrapassou em mais de uma década a criação da Licenciatura em Comunicação Social.

Em 1979, os jornalistas passaram a olhar a Licenciatura com desconfiança, porque a teoria possuía um maior peso dentro do conjunto de disciplinas do curso. Um ensino voltado a prática profissional, que reproduzisse as situações reais do trabalho jornalístico, era o que esperava Castanheira (2010), “nós achávamos que havia que aprender, que estudar, que reflectir, aprofundar os nossos conhecimentos, etc., mas provavelmente haveria formas mais concretas e mais práticas.” Hughes diz que o conhecimento das profissões é tanto teórico quanto prático, e que especificamente no jornalismo, para além da técnica existe a teoria associada ao saber o que é notícia.

Ao analisarmos as disciplinas descritas no folheto publicitário do curso (vide Anexo II), verificamos que o primeiro ano da Licenciatura era introdutório, com disciplinas que não

possuíam relação com o jornalismo. O segundo ano apresenta uma disciplina técnica relacionada com jornalismo, *Técnicas de Investigação e de Expressão Jornalística I*, e uma disciplina ligada a Comunicação Social, *Teoria da Comunicação*. O terceiro ano marca o aprofundamento em questões da Comunicação Social, com três disciplinas: Direito e Deontologia da Comunicação Social; Sociologia da Comunicação Social e Gestão dos Meios de Comunicação Social. Em relação a disciplinas ligadas ao jornalismo, no terceiro ano, existem duas, uma histórica e outra técnica, *História do Media e Jornalismo Comparado* e *Técnicas de Investigação e de Expressão Jornalística II*. O quarto ano não oferecia nenhuma disciplina ligada ao jornalismo, mas sim à Comunicação Social, *Tecnologia dos Meios de Comunicação Social*. O curso permitia que se realizasse duas disciplinas optativas para o quarto ano, mas nenhuma das 26 opções estavam ligadas ao ensino do jornalismo.

O aluno que se matriculasse no primeiro ano da Licenciatura, e assim que concluísse a componente lectiva, após o quarto ano, teria feito 23 disciplinas. Dessas 23 disciplinas somente 3 possuíam uma relação directa com o ensino do jornalismo, ou seja, 13% das disciplinas ensinavam jornalismo. Se tivermos em consideração somente as disciplinas técnicas ligadas ao jornalismo, concluímos que somente 9% das disciplinas dadas na Licenciatura eram dedicadas ao ensino da técnica jornalística. Aqueles candidatos, jornalistas ou não, que almejassem aprender ou aprimorar técnicas e práticas jornalísticas, ao analisar o plano de estudos do curso, percebiam que a Licenciatura não era adequada aos seus propósitos.

Adelino Gomes acabaria por aceitar que a UNL não iria criar um curso de jornalismo, “para nós haver alguma coisa prioritária, era ajudar a fazer a transição de um corpo profissional tarimbeiro”, e relata a visão que os jornalistas possuíam da UNL aquando da criação da Licenciatura: “A Nova despreza a profissão, a Nova quer semiólogo, a Nova quer comunicólogos” (GOMES, 2010b). Essa visão do passado manifestava que o modelo de ensino da Comunicação Social que estava a ser criado pela Universidade era contrário do que os jornalistas pensavam que deveria ser a formação jornalística. A alegada inviabilidade em se cursar a Licenciatura foi outro argumento utilizado contra o curso por Adelino Gomes: “nós que tínhamos alguma veteranaria [sic] tínhamos 10, 15 anos de profissão, vínhamos dos anos 60, a maior parte de nós, não íamos fazer uma pausa de 5 anos, para fazer uma Licenciatura em Comunicação Social” (GOMES, 2010a).

Em defesa dos interesses da Universidade, Adriano Rodrigues contraria a ideia que os jornalistas possuíam sobre o curso e a sua suposta característica “teorizante”, e argumenta que esta percepção deformada é derivava da falta de entendimento dos propósitos de “formação

crítica”, que o curso objectivava (RODRIGUES, 2010a). O professor deixa claro em seu discurso a sua missão em proteger o campo académico das exigências das classes profissionais. Está também explícito em seu discurso, a posição de que o ensino prático do jornalismo deve acontecer dentro do sector empresarial e não na Universidade, mesmo tendo afirmado que o Departamento introduziu ao longo dos anos no seu currículo, seminários e disciplinas “destinados a fornecer aos estudantes os instrumentos técnicos e profissionais que os habilitassem a exercê-los da melhor forma” (RODRIGUES, 2010a).

José Rebelo reflecte sobre o distanciamento entre jornalistas e académicos, aquando da criação da Licenciatura, afirmando uma postura de “autodefesa” por parte dos jornalistas e uma certa “arrogância académica”. E contextualiza a situação, esclarecendo que no passado a universidade tinha uma outra postura em termos sociais: “Hoje por exemplo, quando se fala em universidade, fala-se sempre em adaptação ao meio, criar cursos que sejam solicitados pelo meio, portanto fala-se numa universidade numa relação constante com o meio, nos anos 70 não, era o contrário, o pensamento universitário não tem nada a ver com o meio, o pensamento universitário é independente do meio económico, do meio financeiro” (REBELO, 2010).

A classe jornalística historicamente possui uma posição reivindicativa face ao tema “ensino do jornalismo”, que vem dos anos 30, segundo Adelino Gomes (GOMES, 2010a). O jornalista assume que em 1979, muitos profissionais viam os académicos como alguém que se lhes fosse tirar o protagonismo, “Talvez tenha prevalecido um certo obreirismo do lado jornalístico. Obreirismo é uma tendência política, que os operários têm todos sempre a razão, isso é muito próprio dos jornalistas portugueses. [...] Nós achávamos também que a Universidade devia quase vir nos pedir, como é que se devia fazer o novo curso, porque nós é que sabíamos. Admito perfeitamente isso, quer dizer que há uma cultura jornalística de excepção, de grande soberba, que não gostou muito desta emergência.”

Adelino Gomes cita o Centro Protocolar de Formação de Jornalistas (CENJOR), e o êxito imediato que alcançou em 1986 aquando da sua criação, como um paradigma na formação jornalística e defende um jornalismo multidisciplinar, que acolhe profissionais de várias áreas. Neste sentido a formação jornalística, serviria como um complemento, “quase uma pós-graduação a nível prático de jornalismo e Comunicação Social”. A possibilidade de ter sido constituído no passado, um protocolo entre o CENJOR e a FCSH, é revelada por Adelino Gomes como uma alternativa híbrida, entre a formação profissional e académica.

Fernando Cascais ressalta que em 1979, “a lógica profissional era perfeitamente desenquadrada da lógica académica.” É a partir dessa incongruência que é reforçada a postura do SJ, em pensar e desenvolver alternativas para o ensino do jornalismo autonomamente, segundo Cascais, que dá o exemplo da criação da ESMCS, em 1971. Embora afirme sob a perspectiva da direcção do SJ, que as lógicas profissionais e académicas eram incompatíveis, quando se referia a nova Licenciatura em Comunicação Social, ele frequentou este curso numa das primeiras turmas, tendo sido aluno de Adriano Rodrigues. Mas esta não foi a única razão para ter concluído a Licenciatura em Comunicação Social; o facto de ser um curso completamente novo no panorama das Ciências Sociais, que inaugurava uma nova área de estudos, determinou que Cascais, como outros que já possuíam uma licenciatura, ingressassem nesta nova área.

Para Adelino Gomes o Curso de Pós-graduação destinado a jornalistas profissionais que teve início no ano de 2000 no ISCTE, é o exemplo do que poderia ter acontecido com a UNL, na década de 80, mas o jornalista relembra o que Adriano Rodrigues afirmava, que era impensável se constituir um curso nos moldes desejados pelos jornalistas, porque o Ministério da Educação, à época não permitiria.

Mesmo assim, Adelino Gomes considera que “A UNL poderia ter liderado esse processo. Perderam-se 20 anos, numa coisa que poderia ter sido feita, entre 1980 e 1990, e assim foi feita entre 2000 e 2010.” Esta era uma forma dos jornalistas completarem a sua formação, no contexto universitário, sem terem que abdicar da profissão, sabendo que os cursos de pós-graduação são mais flexíveis e com menores durações que os cursos de licenciatura.

Em tom de reflexão, Adelino Gomes reconhece o papel que a UNL desempenhou em formar uma geração de jornalistas altamente capacitados, e também menciona a censura que os jornalistas fizeram na altura da criação da Licenciatura, porque os objectivos do curso não iam ao encontro das expectativas da classe. O ensino, segundo o jornalista “era uma coisa longamente desejada pela profissão, portanto a Licenciatura vinha dar uma brisa nova e de algum modo, também preencher as necessidades de conhecimento que não eram encontradas nas redacções deste tempo. O que eu desejava é que se fosse ainda mais longe e que o curso se abrisse a profissão” (GOMES, 2010b).

Desde a sua criação, a Licenciatura em Comunicação Social atraiu alunos que tinham o objectivo de se tornarem jornalistas. Após três anos lectivos do início da Licenciatura em

Comunicação Social, uma extensa peça de um jornal não identificado, com o título “A Licenciatura do quarto poder” (VIANA, 1982:10, 11), de 04 de Março de 1982, informa que o curso contava com 134 alunos e que a média mínima para a entrada era de 14,85. A peça é composta por duas entrevistas, uma delas com Adriano Rodrigues e outra com 4 alunos do curso. Na segunda parte da entrevista, fica claro a motivação de 3 dos alunos entrevistados, pelo jornalismo. Todos reconhecem a importância da componente teórica do curso, mas fazem menções à falta de disciplinas práticas, e às diversas lacunas que existiam no plano de estudos do curso, principalmente para aqueles que tinham o jornalismo como meta profissional. A crítica principal segue no sentido de a universidade estar desligada da “vida prática”.

João Pissarra recorda-se de ter colegas que se matricularam no curso com o propósito de se tornarem jornalistas, e acrescenta, “Já nessa altura [primeiras turmas da Licenciatura], aliás, é um pouco a tradição do curso, há uma componente muito forte de alunos que entram, ou que adquirem aqui motivações, para depois exercerem as actividades jornalísticas. Eu diria que ao longo de todos estes anos é um aspecto recorrente, é uma linha constante, e eu creio que logo no início era assim.”

A adesão à Licenciatura foi limitada por parte dos jornalistas. O quadro de baixa escolaridade a que os profissionais estavam inseridos, aliado ao receio relativamente aos jovens que iriam entrar na profissão com licenciaturas, fez com que a maioria dos profissionais reagisse negativamente ao curso, desvalorizando-o, motivados por um tipo de autodefesa.

13 – POLÉMICA SOBRE NÃO ADMISSÃO DE JORNALISTAS NA LICENCIATURA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

A exemplo de Fernando Cascais, que realizou a Licenciatura em Comunicação Social, outros jornalistas com habilitações universitárias também se interessaram pelo curso e tentaram entrar, mas sem sucesso. O jornal *O Diário*, de 01 de Janeiro de 1981, publica uma nota com o título “Universidade Nova fechada a jornalistas”, onde o SJ acusa o Conselho Directivo (sic) da UNL de recusar sistematicamente “os pedidos de transferência de jornalistas profissionais com curriculum universitário para o curso de Jornalismo da Faculdade de Ciências Humanas [sic]” (O DIÁRIO, sem autor, 1981). A peça adianta que o SJ enviará uma carta a pedir esclarecimentos sobre o tema, e que a direcção sindical considera que, “não só goraram por completo as expectativas do Sindicato quanto à abertura do novo curso às necessidades da classe, como se chega agora ao ponto de, por via administrativa, impedir aos jornalistas

profissionais a frequência do único curso que em Portugal confere a licenciatura em jornalismo” (*ibid.*).

Uma outra peça jornalística, com o mesmo teor, foi publicada dia 08 de Janeiro de 1981, com o título “Universidade Nova bate a porta na cara dos jornalistas”, no jornal *Diário Popular*. A extensa peça, assim como a anterior, foi produzida com base num comunicado do SJ. Um dos excertos da peça é elucidativo, “Porém, foi publicada em Setembro último uma portaria que regulamentava o reingresso e mudança de curso nas universidades portuguesas. Jornalistas que tinham frequência doutros cursos superiores dirigiram, então, requerimentos à Universidade Nova para frequentarem o curso de Comunicação Social nos termos da referida portaria, mas os seus pedidos foram indeferidos. [...] Alguns recorreram ao presidente da Comissão Instaladora da Faculdade tendo-lhes sido comunicado (mediante pagamento de 60 escudos) que se mantinha a decisão anterior, isto é, a Faculdade não queria lá jornalistas” (DIÁRIO POPULAR, sem autor, 1981).

A peça do *Diário Popular* publica o excerto de uma carta que um dos candidatos enviou à Universidade, onde o autor se identifica como jornalista e mostra sua indignação com facto de não ter sido aceite na Universidade. No trecho final da peça, com o subtítulo “Jornalistas portugueses podem estudar em França mas em Portugal não”, a peça critica o silêncio da UNL em não elucidar as razões pelos indeferimentos, “Este silêncio administrativo (coberto legalmente pela autonomia universitária) não deixa de assumir aspectos de discricionariedade [sic].”

O excerto de uma outra carta, de autoria de um candidato ao curso que recorreu a decisão da Universidade, recorda as relações e os protocolos que a UNL mantinha com a Universidade de Direito, Economia e Ciências Sociais de Paris (Paris 2), na qual está integrado o *Institut Français de Presse*. Segundo este candidato o diploma do instituto se destina a titulares de mestrado em Ciências Sociais e Humanas, a titulares de diplomas passados por uma universidade estrangeira com equivalência a um diploma francês de 2º ciclo, e ainda “aos profissionais, titulares de um diploma de formação profissional especializado reconhecido ou iniciado nos métodos de pesquisa universitária.” Nos últimos parágrafos da peça é colocada a hipótese de os jornalistas portugueses emigrarem para França como estudantes, e é realizado um apelo ao ministro responsável, em criar uma portaria que contemple os legítimos direitos de acesso ao curso pelos jornalistas.

Adriano Rodrigues, em carta dirigida ao director do jornal *Diário Popular*, classifica a peça publicada no dia 08 de Janeiro de 1981 como “notícia mal-humorada”, e esclarece todos os pontos que acusavam a Nova de “bater com porta na cara dos jornalistas” (RODRIGUES, 1981a). A começar pelo facto de não haver interferência do Departamento de Comunicação Social da FCSH na selecção de candidatas à Licenciatura em Comunicação Social, e acrescenta que em 1980/1981, as portarias 559/80 de 3 de Setembro e 564/80 de 04 de Setembro regulamentaram o ingresso no ensino superior, e que os processos de candidatura eram tratados pelo Gabinete Coordenador de Ingresso no Ensino Superior do MEC.

Sobre o facto de jornalistas com habilitações académicas terem pedido transferência de outros cursos para a Licenciatura e estes pedidos terem sido indeferidos, Adriano Rodrigues informa que estes concorreram como supernumerários, e que a cota atribuída a esta categoria de candidatas foi estabelecida pela Comissão Instaladora. Contrária à vontade do Departamento de Comunicação Social, a Comissão Instaladora, em razão das dificuldades financeiras relacionadas com a ampliação das instalações e contratação de docentes, decidiu “que não seriam aceites nenhuns *dossiers* de pedidos de transferência e de mudança de cursos para nenhum dos cursos em que o “*numerus clausus*” fosse preenchido, caso que se verificou em Comunicação Social” (RODRIGUES, 1981a).

Outras considerações sobre a peça do *Diário Popular* foram feitas por Adriano Rodrigues: aos candidatas que o procuraram todos os esclarecimentos foram dados; aproveita para “mais uma vez esclarecer que a Licenciatura em Comunicação Social não é um diploma profissional de jornalismo mas um diploma universitário polivalente”; sobre o excerto da carta que menciona o caso francês, Adriano Rodrigues, no comunicado, afirma que as comparações são inexactas, “uma vez que não existe em França nenhum diploma oficial de licenciatura em jornalismo, mas cursos de especialização, a nível de mestrado, após licenciatura, assim como cursos superiores curtos de cariz técnico não habilitando com o grau de licenciado.”

Adriano Rodrigues informa que o Departamento de Comunicação Social havia apresentado uma proposta, em Dezembro de 1979, ao MEC, relativa a um curso de especialização idêntico ao do *Institut Français de Presse*, de Paris, mas que ainda não havia obtido a sua homologação oficial, mesmo tendo sido aprovada pela Comissão Instaladora da Universidade. Adriano Rodrigues finaliza a carta “reafirmando a solidariedade do nosso Departamento com as justas pretensões dos jornalistas”. A resposta de Adriano Rodrigues ao director do jornal teve repercussão negativa dentro da própria Universidade, já que o presidente

da Comissão Instaladora ameaçou-o com um processo disciplinar, porque essa não era a sua função, “no regime de instalação só o presidente da Comissão Instaladora tinha legitimidade”.

Nos dias actuais, distante mais de três décadas do episódio de criação da Licenciatura, Adriano Rodrigues ratifica a posição que adoptou aquando da polémica, de que ele não era o responsável pela admissão dos alunos, as universidades não admitiam alunos, “havia normas demasiado claras e rígidas, a norma clara era que todo ingresso passa pelo gabinete de ingresso do Ministério da Educação” (RODRIGUES, 2010b). O professor acrescenta que os candidatos imaginavam que o processo para a inscrição deveria ser realizado através da Universidade, “eles [jornalistas] não queriam passar por um concurso público, mas não havia nenhum outro sistema de ingresso, senão através do concurso nacional, e eles pensavam que eu podia, pela minha desenvoltura, díganos assim, ultrapassar, mas não podia. Embatíamos com a rigidez do sistema. Este equívoco ilustra a pressão que o criador do curso sofria, “foi muito criticado por coisas que eu não tinha culpa nenhuma nem responsabilidade, nem tinha nenhuma possibilidade de ultrapassar”.

14 – O CURSO DE RECICLAGEM EM COMUNICAÇÃO SOCIAL: UMA TENTATIVA FALHADA

O Curso de Reciclagem em Comunicação Social foi uma solução criada pela Universidade, para tentar responder às pressões e também às necessidades de formação expressas dos jornalistas. Segundo Adriano Rodrigues: “nós tentámos e procurámos ir ao encontro deste desejo insistentemente expresso pela profissão [...] é uma ementa reduzida do curso oferecido na Licenciatura, sobretudo das disciplinas que dariam uma mais-valia a formação de alguém que está na profissão, que conhece a profissão e que precisa, díganos, do contributo de uma formação sociológica, história e económica” (RODRIGUES, 2010b).

A primeira referência ao Curso de Reciclagem, numa fonte documental, foi identificada na carta de 18 de Setembro de 1979, que Jorge Tavares Rodrigues dirige ao Ministro da Comunicação Social, onde informa: “Os cursos de Reciclagem para Jornalistas deverá [sic] ter início em Março de 1980, depois de devidamente constituído o corpo docente titular do Curso Superior de Comunicação Social” (TAVARES, 1979a).

Adelino Gomes sintetizou o que representou o Curso de Reciclagem, numa fase inicial de aproximação, àqueles jornalistas que buscavam a qualificação profissional: “Quando aparece

esta possibilidade, nesta universidade, nestas instalações, é para nós uma espécie de *eldorado*, onde vamos finalmente juntar as duas coisas, a nossa experiência e a possibilidade de fazer um curso avançado, que significava um curso rápido” (GOMES, 2010b). Na visão de Fernando Cascais o Curso de Reciclagem era como uma tentativa para um modelo de formação, “eu e o Adelino nos inscrevemos no curso até um pouco como cobaias, vamos lá experimentar [...] Havia pouca gente mas aquilo [Curso de Reciclagem] era um pouco como uma experiência, que depois seria aperfeiçoada” (CASCAIS, 2010a).

O documento com o projecto do Curso de Reciclagem em Comunicação Social, com 11 páginas, determina a criação do curso na FCSH, sob o argumento das “solicitações cada vez mais prementes de actividades de formação e a ausência de estruturas que garantam a reciclagem no domínio da Comunicação Social no nosso país” (FCSH, s.d.).

É identificado no documento o objectivo do curso: a formação de profissionais qualificados cuja actividade possa ser integrada num ou mais domínios da Comunicação Social. O projecto é constituído por 16 pontos: Criação; Objectivos; Regime de Funcionamento; Habilitações de acesso; “*Numerus clausus*”; Selecção dos candidatos; Estrutura; Faltas; Avaliação de conhecimentos; Bloco; Transição de semestre; Aprovação final; Reprovação; Certificado; Calendário; Propinas e outros encargos. Possui o Anexo I com o Plano de Estudos e uma grelha com as disciplinas, distribuídas pelos 4 semestres de duração do curso. Por último, o Anexo II, com o Modelo de Certificado, de nível universitário.

O Curso de Reciclagem em Comunicação Social foi referenciado pela primeira vez na imprensa através de uma peça realizada pelo jornal *A Capital*, com o título “‘Mudança radical de mentalidades’ em novo curso de comunicação social” (A CAPITAL, sem autor, 1979), de 08 de Outubro de 1979. A peça destaca a visão de Adriano Rodrigues sobre o ensino da Comunicação Social, mas quanto ao curso faz uma breve referência e informa que a sua organização ficaria submetida à estrutura da UNL. Uma citação de Adriano Rodrigues encerra a peça, “Dado o perfil profissional do curso, posso dizer que tem havido o máximo empenho em levar em linha de conta o desejo dos profissionais do jornalismo.”

Dois dias após da breve menção ao Curso de Reciclagem no *A Capital*, foi publicada uma peça que fala em exclusivo do curso, com o título “Reciclagem de jornalistas começa em Março de 80” (DIÁRIO POPULAR, sem autor, 1979), no *Diário Popular*, em 10 de Outubro de 1979. Sobre o curso é informado que será aberto a todos os profissionais, independente de suas

habilitações académicas, e que após a sua conclusão, aqueles que quiserem prosseguir e ingressar na Licenciatura terão como garantida esta via universitária por “entroncamento”, mediante um sistema de créditos e equivalências. Jorge Tavares Rodrigues esclarece o papel do SJ na estruturação do curso: “Ao sindicato cabe, de modo específico, emitir um parecer sobre os vectores da orientação programática daquele curso”. Apesar de à época da publicação da peça, ainda não se saber o período do dia em que seria ministrado o curso, já havia a sugestão de que acontecesse entre a 15:30 e 18:30h.

Na parte final da peça é colocado em causa o funcionamento do curso pelo SJ, em razão da hipótese da não participação de docentes jornalistas. Jorge Tavares Rodrigues assume o papel de mediador: “salvaguardadas as disposições da Universidade no que alude às normas da carreira docente foi dito procurar-se requerer o concurso de jornalistas, quer como docentes equiparados, quer como professores convidados, ou ainda como participantes nos seminários previstos”. São avançados o nome de convidados a participar em funções docentes: Jacinto Baptista, Norberto Lopes, José Tengarrinha, João Gomes, José Carlos de Vasconcelos, Sarsfield Cabral, Marcelo Rebelo de Sousa, Manuel Castelo Branco, Amadeu Lopes Sabino, Afonso Praça, Veiga Pereira, António Palha, Joaquim Letria, Silva Costa, Manuel Magro, Botelho da Silva, Cesário Borga, Avelino Rodrigues e Cárceres Monteiro.

O jornal *Portugal Hoje* avança com uma importante informação para os jornalistas, que nenhuma das peças anteriores havia dado: que o curso corresponderia a um diploma de Ensino Superior, desde que seja concluído satisfatoriamente. A peça “Poucas vagas este ano no Curso Superior de Jornalismo” (PORTUGAL HOJE, sem autor, 1979a:10), de 20 de Outubro de 1979, é uma entrevista a Jorge Tavares Rodrigues que fala sobre a Licenciatura em Comunicação Social e transmite outras informações sobre o Curso de Reciclagem. A informação sobre a correspondência do curso a um diploma de Ensino Superior é confirmada através da acta da primeira reunião da Comissão Consultiva, no item 5.1, “Como primeira abordagem das questões relativas ao Curso de Reciclagem, a Comissão admite que a duração deste seja de dois anos e que a sua frequência em termos satisfatórios corresponda um Diploma de Ensino Superior [sublinhado no original]” (TAVARES, 1979). A peça, além de ser inexacta, porque transforma a Licenciatura em Comunicação Social em Curso Superior de Jornalismo, também informa que o curso daria um Diploma de Ensino Superior, possibilidade negada por Adriano Rodrigues.

Segundo Adriano Rodrigues, os jornalistas que participaram da negociação do Curso de Reciclagem foram informados que este curso não lhes daria um diploma universitário e acrescenta, “tinham sempre a ideia que eles podiam dar a volta, que iam conseguir com que o

Ministério reconhecesse como um curso de Licenciatura”. Subjacente a frequência no Curso de Reciclagem existia o desejo de serem reconhecidos através de um diploma, e que a Universidade valorizasse o conhecimento do “saber fazer”, que a tarimba havia-lhes dado.

A baixa escolaridade dos jornalistas e a falta de reconhecimento social da profissão aumentavam a importância em se conseguir um título acadêmico, como forma de afirmação profissional.

Adelino Gomes recordou a sua experiência de estagiário num dos cursos profissionais promovidos pelo *Diário Popular* na década de 60, afirmando que umas minorias de jornalistas que trabalhavam na redacção do jornal possuíam cursos superiores, os mais velhos, alguns só possuíam a 4ª classe. Para Adelino, o título, no passado, era importante “como afirmação de uma profissão, que não era profissão. [...] Nós tínhamos vários empregos, na Comunicação Social, na Publicidade. Por exemplo, na rádio, alguns jornalistas da rádio muito importantes, faziam publicidade. Na imprensa escrita, eles tinham um segundo emprego em fazer anúncios em agências de publicidade, depois trabalhavam em bancos, em ministérios, etc” (GOMES, 2010a).

Adriano Rodrigues afirma que os jornalistas imaginavam que os modelos de cursos adoptados no passado seriam o mesmo que as universidades iriam criar, “O curso não foi feito para ser um curso profissional, como aqueles que tinham existido no passado, foi feito para ser um curso de raiz, com uma vertente crítica forte, com uma vertente nas Ciências Sociais, mobilizado pelo paradigma comunicacional. Este era o nosso plano, era o nosso objectivo. Eles não rejeitavam isso, mas o que lhes interessava não era isso, era sobretudo a valorização da profissão” (RODRIGUES, 2010b).

Contrariamente, Fernando Cascais sustenta que o propósito dos jornalistas que entraram para o curso “era a obtenção verdadeiramente de um aperfeiçoamento profissional, fazer com que as pessoas trabalhassem melhor. Era isso que estava em causa, não era a obtenção de uma licenciatura, até porque havia pessoas a exercer a profissão nessa altura, que já tinham licenciatura em vários sítios, eu por exemplo tinha uma Licenciatura em Geofísica” (CASCAIS, 2010a). Fernando Cascais desistiu do Curso de Reciclagem, porque era mais vantajoso pedir equivalência em algumas disciplinas que tinha feito na Licenciatura em Geofísica e se matricular na Licenciatura de Comunicação Social, por ser preferível cursar três anos da Licenciatura do que dois anos do Curso de Reciclagem: “eu interessei-me por ter um curso

numa base teórica, não com o objectivo de aperfeiçoar o meu exercício profissional, como os outros queriam, como aqueles que se inscreveram queriam”.

“O chamado Curso de Reciclagem foi um fiasco, acho que nem um ano funcionou, talvez um semestre, com um grupo pequeno” (RODRIGUES, 2010b), Adriano Rodrigues descreve o fim do Curso de Reciclagem em Comunicação Social. Adriano Rodrigues faz um paralelo entre a profissão universitária e a jornalística: “Ao contrário da profissão universitária, que procura recuar para poder pensar e reflectir, o jornalista é o homem que está na acção, que está no terreno, tem que acompanhar, e essa provavelmente é uma das razões, que levou ao fracasso o Curso de Reciclagem por esses profissionais.”

A falta de assiduidade em razão dos compromissos profissionais é um dos factores que explicam a extinção do curso, era isso que os jornalistas transmitiam a Adriano Rodrigues, “quando eu os encontrava: ‘professor lamento muito mas eu não pude, fui mandado para Paris, fui mandado para Madrid, fui mandado para o Médio Oriente’. Eram muito bons jornalistas, estavam muito envolvidos na sua profissão, é compreensível.” Os jornalistas que participaram do curso eram conhecidos e envolvidos politicamente, desta forma era natural que estivessem absorvidos pela profissão. Essa característica imposta pela urgência da informação que marca a profissão do jornalismo é intemporal, segundo Adriano Rodrigues, “Eu vejo mesmo agora, os profissionais que estão no curso hoje em dia, alguns tem dificuldade em fazer o curso, alguns chegam a tirar licença, nas suas redacções durante o período, para fazer o seu curso.”

Em primeira análise, o facto de os jornalistas não conseguirem frequentar o curso face a incompatibilidade entre a vida profissional e a vida académica, se mostrou paradoxal, porque quando conseguiram a concretização de um curso mais adequado aos seus propósitos deveriam ter a consciência de que necessitariam de tempo para realizá-lo. A incongruência que foi imposta por condicionalismo da própria profissão, entre a obtenção de um resultado concreto, que se traduzia na aquisição de conhecimento através do Curso de Reciclagem em Comunicação Social, e a falta de assiduidade, talvez explique as reais intenções de parte dos jornalistas, que se traduziam na obtenção de um diploma universitário. Isso não quer dizer que o interesse pelo aperfeiçoamento da profissão inexistia, mas o que era mais relevante era o diploma.

Sob esta perspectiva de análise, a impossibilidade de os jornalistas obterem a equivalência do curso, com a Licenciatura em Comunicação Social, explica o insucesso do curso. Os jornalistas tinham a expectativa de que após a conclusão do curso teriam uma

equiparação ao mesmo nível dos estudantes que concluíssem a Licenciatura, mas com o tempo perceberam que isso não iria acontecer. Segundo Adriano Rodrigues a equivalência era impossível, pois a legislação do momento não permitia. Esta impossibilidade causou a desmobilização que se observou no curso. Um diploma de licenciatura contribuiria para um possível aumento de remuneração dos jornalistas com concomitante ganho de prestígio.

Outro facto que determinou o insucesso do curso foi a falta de conhecimento por parte dos jornalistas sobre o conteúdo programático, como afirma Fernando Cascais, “nessa altura em Portugal, não havia sequer conhecimento das matérias de um curso de jornalismo, como hoje há, as únicas pessoas que tinham conhecimento de como se organiza e quais são as matérias, eram os académicos ligados a área da comunicação, como o Adriano” (CASCAIS, 2010a). A ideia que os jornalistas tinham sobre o que deveria ser um curso de jornalismo foi subvertida pela proposta do Curso de Reciclagem.

O plano de estudos do Curso de Reciclagem em Comunicação Social (vide Anexo III) foi uma versão reduzida do conteúdo curricular da Licenciatura em Comunicação Social. Das 20 disciplinas, somente três delas possuíam uma relação directa com jornalismo: *Periodismo e práticas redaccionais*; *Televisão e cinematografia*; *Deontologia e Censura*. Mas somente uma delas era prática. Assim como na Licenciatura em Comunicação Social, o Curso de Reciclagem não proporcionou o conteúdo adequado aos propósitos dos jornalistas.

Adelino Gomes aponta duas as razões para curso não ter avançado, e a primeira delas se deve ao facto de a Universidade não conceder um título académico a quem concluísse o curso “Então vamos tirar um curso avançado de dois anos e depois a universidade deixa-nos ir para o 3º ano [da Licenciatura em Comunicação Social]. Quer dizer, deixa-nos a nós e deixa qualquer pessoa que tire o curso, não é? Irritámo-nos muito e acabou o curso umas semanas depois. Houve um divórcio entre os nossos professores, os dirigentes desta escola, e os tais alunos sempre a beira da deadline. [...] Começamos o curso no princípio do ano, e em Maio, na véspera de fazermos exames entramos em ruptura, nós e eles” (GOMES, 2010a).

A segunda razão para a ruptura entre os alunos e os professores do curso foi a condição de avaliação a que os alunos foram submetidos, exame escrito e oral, que na opinião de Adelino, a avaliação deveria ser realizada através de um trabalho. Adelino afirma que essa condição não havia sido debatida anteriormente. O documento com o projecto do Curso de Reciclagem em Comunicação Social, o item 9º, “Avaliação de conhecimentos”, descreve de forma geral, como

seriam realizadas as avaliações: “1. A avaliação de conhecimentos será feita em cada uma das disciplinas, através de provas que assumirão a forma mais adequada à natureza de cada uma. 2. O resultado da avaliação em cada disciplina traduzir-se-á numa classificação na escala numérica de 0 a 20.” (FCSH, s.d.). Adelino descreve um dos momentos que contribuíram para a ruptura: “A certa altura fizemos um “PREC”, discutimos com os professores e dissemos que não faríamos nada disso. Eles queriam apurar conhecimento da forma mais tradicional, que nós tínhamos tido 20 ou 30 anos antes, na escola no tempo do fascismo, prova escrita, prova oral” (GOMES, 2010a).

O Curso de Reciclagem para jornalistas em Comunicação Social foi sugerido pela Universidade, em resposta a pressão exercida pelos jornalistas que participavam das negociações, mas não teve em conta aquilo que mais interessava os jornalistas. Fernando Cascais, que participou do Curso de Reciclagem relata que entre 15 e 20 jornalistas se inscreveram no curso, já Adelino Gomes avança com um número mais exacto de participantes, 18. Os alunos foram desistindo à medida que o curso avançava, porque estavam a espera que o conteúdo do curso fosse de encontro às suas necessidades ligadas a prática, mas o curso não lhes proporcionou isso.

Os jornalistas, segundo Fernando Cascais, “estavam mais interessados em perceber melhor como é que se executam géneros jornalísticos, por exemplo, que era aquilo que eles faziam todos os dias, e se calhar faziam mal. Como é que se fazem melhores títulos, quer dizer, era esse conhecimento que era preciso” (CASCAIS, 2010a). Adelino Gomes ratifica a necessidade descrita por Fernando Cascais e acrescenta que a prática que possuíam era cheia de vícios, “nós tínhamos intuição jornalística, mas não tínhamos uma técnica jornalística sedimentada” (GOMES, 2010a).

Fernando Cascais resume o episódio da seguinte forma: “nem a universidade percebeu as expectativas na altura, dos jornalistas, nem os jornalistas perceberam a importância destas matérias que estavam a ser dadas. Ninguém percebeu nada.” O facto de não ter havido precedentes de contacto entre jornalistas e académicos da Ciência da Comunicação fez com que as possibilidades de construção de um plano de estudos mais adequado às necessidades jornalísticas fosse reduzida, “O Adriano não era jornalista e não tinha sido jornalista, ele era um académico, e nós para além dos estudos universitário que fizemos, nunca ninguém tinha estudado na área da comunicação, nem do jornalismo, tudo o que sabíamos era de fundo perfeitamente empírico”, conclui Cascais.

A necessidade de contextualização quando se aborda a criação do Curso de Reciclagem é importante, como indica Adriano Rodrigues, “1979/1980, está-se ainda em pleno rescaldo da confusão que foi o país. É preciso situar isso politicamente, essa Comissão funciona sob a base de um sonho, que não tem presente a realidade que se vivia, que é próprio daquele período conturbado, em que parece que tudo é possível. Foi assim que eu vi, que eu interpretei e que interpreto o que se passou nessas franjas da criação da Licenciatura, são franjas.”

O resultado foi um desentendimento “absoluto”, entre académicos e jornalistas, segundo Adelino Gomes: “Quer dizer, houve equívocos atrás de equívocos e nós ficámos muito chateados. Julgo que a Universidade também ficou. Acho que para a Universidade, eles aprofundaram ainda mais a desconfiança em relação aos jornalistas” (GOMES, 2010a). Sob a perspectiva do jornalista veterano, o pós 25 de Abril abriu diversas possibilidades para classe jornalística encontrar caminhos para vencer o atraso histórico que a ditadura impôs, a questão académica foi um desses caminhos. Ele se refere ao Curso de Reciclagem como um episódio, “mas era um episódio na busca do caminho para a identidade profissional, pelo menos para alguns jornalistas. É nesse quadro global que eu penso que isso deve ser analisado”.

15 – REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOS JORNALISTAS PORTUGUESES - O CONTRIBUTO DO INTERACCIONISMO E DA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES

O pioneirismo da Licenciatura em Comunicação Social eleva a importância do curso enquanto nova área de estudos no campo das Ciências Sociais, beneficiada com o início de uma profunda transformação, conduzida à época por Adérito Sedas Nunes, Ministro da Coordenação Cultural, Cultura e Ciência, do V Governo Constitucional, que transformaria por completo o panorama nacional desta grande área do saber. Sob a perspectiva dos jornalistas da época, a criação da Licenciatura em Comunicação Social fez com que a questão do ensino do jornalismo regressasse a agenda da classe, após o longo histórico de tentativas mal sucedidas para instituição do ensino do jornalismo, como forma de aprimoramento profissional, mas principalmente, como meio para atingir uma maior valorização profissional, com concomitante reconhecimento social. Sob este ponto de vista, a Licenciatura da FCSH iria contribuir, se estivesse aberta as propostas dos jornalistas, directamente para a afirmação da identidade profissional e elevação do estatuto social do jornalista português.

Se interpretarmos os esforços do SJ em participar da concepção de um curso superior que atendesse às necessidades dos jornalistas, como um elemento central para o processo de construção de uma imagem coesa em torno da profissão jornalística, é possível reter através de Joaquim Fidalgo, que a afirmação sobre os jornalistas, “uma comunidade profissional com uma forte identidade” (TRAQUINA, 2004b *apud* FIDALGO, 2008:7), em sua visão é explicada em razão do “estatuto social e jurídico que conquistaram do que da partilha efectiva, reflectida e argumentada, de um núcleo identitário coerente e sólido, reconhecido pelos pares e reconhecível pela sociedade” (FIDALGO, 2008:7). Mas quando se assume que o processo de profissionalização está em andamento, é dinâmico, então a característica de “forte identidade” passa a ser mais potencial do que real, mais “fluida” (RUELLAN, 1993 *apud* FIDALGO, 2008:7) do que sólida, remetendo esta interpretação “aos planos do simbólico e do retórico e, por isso, resistindo mal a uma confrontação aberta e despreconceituosa tanto com as ideias como com os factos observáveis no dia-a-dia” (FIDALGO, 2008:7).

Ao deslocarmos esta conclusão para o passado, e analisarmos o ano de 1979, como um ano importante para a afirmação da profissão através da formação, e se desconsiderarmos o histórico de tentativas de institucionalização do ensino do jornalismo em Portugal, ela se confirma sob a óptica funcionalista. Neste sentido a lógica funcionalista objectiva a identificação de atributos específicos das profissões, e que uma profissão só emerge “quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica fundada sobre uma formação especializada, dando resposta a necessidades sociais” (RODRIGUES, 2002:7,8 *apud* FIDALGO, 2008:18). Segundo esta afirmação, o jornalismo em 1979, não poderia ser considerado uma profissão, mesmo que seus membros partilhassem referências e uma mesma cultura profissional.

Segundo Fidalgo (2008:16) “Na abordagem de cariz funcionalista, que mergulha raízes no pensamento de Durkheim e na sua teoria sobre os “corpos intermédios” entre o Estado e os cidadãos, a quem caberia um papel importante de regulação e coesão social, as profissões implicam necessariamente um conjunto de traços ou atributos que as distinguem das demais ocupações (‘traços’ dos domínios cognitivo, organizacional e moral) – e que são exigidos pela função que estruturalmente lhes está ‘cometida’ pela sociedade.” Essa perspectiva possui uma visão normativa, considerando a qualidade de “profissão”, somente àquelas que cumpram um quadro bastante preciso de atributos, com a definição de um “ideal-tipo” de determinada profissão.

O rompimento com o “ideal-tipo da profissão”, do paradigma funcionalista, e o avançar para o modelo interacionista, que ao nosso ver oferece um enquadramento teórico mais adequado para analisar a questão da formação em 1979, faz com que elementos dinâmicos e de ação nos forneça uma nova linha de análise sobre a afirmação da profissão, através da formação. Sob essa nova perspectiva, devemos ter em conta a luta histórica do SJ, pela institucionalização do ensino do jornalismo, pois o paradigma interacionista simbólico privilegia a lógica de processo, ou seja, “identificar as circunstâncias segundo as quais as ocupações se transformam em profissões” (RODRIGUES, 2002:16 *apud* FIDALGO, 2008:21). Com este entendimento, o processo de afirmação de uma imagem sólida para os jornalistas, que o SJ tentava fomentar em 1979, era parte de uma estratégia no processo de profissionalização, muito apoiada na obtenção de benefícios reais para a classe, como o acesso ao diploma universitário.

A tentativa de entrada dos jornalistas para o ensino superior, descrita neste trabalho, pôde ser interpretada como uma tentativa de afirmação da identidade inserida no processo de profissionalização, através da obtenção do diploma, com concomitante reconhecimento social, portanto um movimento dinâmico. Everett Hughes, referência na abordagem interacionista, sintetiza esta corrente teórica: “Eu passei da falsa questão ‘é esta ocupação uma profissão?’ para uma mais fundamental, ‘quais as circunstâncias pelas quais as pessoas que têm uma ocupação tentam torná-la numa profissão, e a si próprias em profissionais?’, e ‘quais os passos pelos quais tentam criar uma identificação com os seus modelos de valores?’”. (HUGHES, 1958, cit. Por RODRIGUES, 2002:16 *apud* FIDALGO, 2008:21)

Em oposição ao funcionalismo onde a formação é considerada um atributo, como uma lacuna de preenchimento obrigatório para um determinado número de pessoas transformar uma ocupação, em profissão, no interacionismo a formação especializada é vista como um meio para o processo de profissionalização. Ao contrapor a forma como as duas abordagens vêem a formação, deduzimos que a abordagem funcionalista é inadequada para explicar o processo de negociação ao redor do ensino do jornalismo para a profissão. Esta afirmação surge quando analisamos o ensino e a formação jornalísticas, em 1979, que não existia praticamente, logo, não poderia ser constituída como atributo.

Neste caso, mais uma vez o jornalismo não existiria como profissão. “A ênfase, ao contrário da lógica funcionalista e ‘naturalista’, é sempre colocada no processo de transformação das ocupações, nas interações e nos conflitos, bem como nos meios e recursos mobilizados nesse processo. Está sempre presente, assim, uma perspectiva processual e

relacional, uma perspectiva dinâmica, bem própria do interaccionismo, e que coloca o acento tónico já não na estrutura, mas na acção, já não do facto de que (FIDALGO, 2008:22) “as coisas acontecem”, mas no facto de que “as pessoas agem” (MACDONALD, 1999:7 *apud* FIDALGO, 2008:22). O Curso de Reciclagem em Comunicação Social dá peso a perspectiva processual e relacional, pois o curso é formalizado e constituído após mais uma tentativa sem sucesso, que os jornalistas tiveram em ingressar no ensino universitário.

O “agir das pessoas” amplia a bordagem interaccionista e passa a dar importância a biografia e as interacções, como forma de realização pessoal, “A actividade profissional de quem quer que seja deve ser estudada como um processo biográfico e mesmo identitário” (DUBAR & TRIPIER 1998:95).

Sob o aspecto biográfico, o material discursivo recolhido através das entrevistas, reforça o sentido identitário que advém de alguns trechos da tese, constituídos por percursos profissionais e visões pessoais sobre as questões nas quais se debruça o estudo.

CONCLUSÃO

Como ponto inicial para o desenvolvimento da conclusão, consideramos relevante ressaltar o papel da investigação histórica do jornalismo. Este tipo de investigação “contextualiza os pequenos e os grandes problemas, combinam eventos, temas, personalidades através do tempo, e os convertem em narrativa, que visa restituir o passado do jornalismo como um fenómeno com mais pontos preenchidos do que lacunas” (GOLDING & ELLIOTT 1979 *apud* ZELIZER 2004: 81).

O conteúdo global do estudo oferece à história do jornalismo em Portugal, com enfoque no ensino do jornalismo, elementos para uma maior compreensão do trajecto percorrido pelos jornalistas, que se iniciaram na profissão no período do Estado Novo, e que após o 25 de Abril, buscavam uma afirmação identitária e valorização profissional, através da formação técnica específica.

Segundo Zelizer (2004:81), “a investigação histórica oferece um terreno da história aparentemente ilimitado, como um repositório de recolha de detalhes, que atribuem sentido para as dimensões por resolver do jornalismo”. Nota-se em diversos momentos do trabalho, que o fracasso das duas iniciativas de ensino conduzidas pela FCSH, sob o ponto de vista dos jornalistas, não pode ser explicado cabalmente, através dos discursos dos entrevistado ou das informações derivadas de documentos. A falta de entendimento entre jornalistas e académicos, como argumento para o insucesso das iniciativas foi recorrente nos discursos, e em certos depoimentos o desentendimento foi apontado como a causa principal da não concretização destas iniciativas. Sob esta perspectiva, podemos classificar os episódios, segundo a expressão de Zelizer, como “dimensões por resolver do jornalismo”²⁸.

A primeira ilação derivada do estudo, que responde a primeira questão original que orientou o trabalho e que se relaciona directamente com o conteúdo do parágrafo anterior, está ligada a contextualização histórica do campo jornalístico, descrita no terceiro capítulo, e a abordagem sociológica empregue na análise das tensões, realizada no quarto capítulo. O SJ, em 1979, era beneficiado com os resultados do seu relançamento institucional, promovido por sua direcção, desde o biénio anterior, 77/78. Este facto fortaleceu a direcção do SJ ao ponto de

²⁸ A expressão encerra a noção de intemporalidade, mas também pode ser aplicada a um facto em concreto. É dentro do enquadramento histórico da tese que a expressão foi utilizada.

conseguirem participar da Comissão Consultiva criada para a Licenciatura e de terem obtido da Universidade, uma resposta à necessidade de uma formação de curta duração, o Curso de Reciclagem em Comunicação Social. Sob a abordagem interaccionista, podemos interpretar estes eventos como elementos contributivos para profissão, no sentido de estabelecer ou reforçar os seus modelos de valores, já que a liberdade de imprensa havia sido conquistada a escassos anos.

A resposta para a segunda questão original, que diz respeito ao tipo de tensões, pode ser dada com base nos condicionalismos dos campos académico e jornalístico. A UNL, em 1979, não possuía relação com o meio, com o mercado. Os conflitos derivados da agitação social que ainda se observava geravam uma postura de defesa por parte dos académicos. Pelo lado dos jornalistas, a desgastada questão que emerge da dicotomia entre o ensino com ênfase na prática ou na teoria, ainda dividia opiniões. Se regressarmos ao ano de 1970 tendo em consideração o Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal, fortemente associado às Ciências Sociais e Humanas, uma iniciativa de vanguarda, verificaremos que a posição defendida pelos jornalistas em 1979, por um ensino técnico, caracterizou um retrocesso no pensamento da classe sobre o modelo de ensino mais adequado. Esta postura não pode ser alienada do facto de existir uma grande maioria de jornalistas que não tinha obtido qualquer formação para o exercício da profissão. O choque entre os dois campos, se explica através da afirmação destes mesmos campos, neste sentido, os jornalistas sentiam-se os legítimos detentores do campo da Comunicação Social.

Ambas as tentativas de ensino, a Licenciatura e o Curso de Reciclagem, devem ser postas em perspectiva e serem consideradas como laboratórios para a evolução futura do ensino do jornalismo. Os jornalistas que participaram das negociações, e de ambas as iniciativas enquanto alunos, também possuíam, ou ainda possuem, ligações institucionais ou funcionais com o CENJOR, o que comprova a ligação entre a Licenciatura e uma instituição referenciada no âmbito do ensino técnico da profissão. Sobre a ligação entre a prática do jornalismo e o ensino académico, é importante destacar que a Licenciatura em Comunicação Social, durante toda a sua história foi procurada por alunos que queriam ser jornalistas, mesmo que a abertura para o jornalismo não tivesse sido realizada, à época. O fundador da Licenciatura em Comunicação Social da FCSH, professor Adriano Rodrigues, assume num dos trechos das entrevistas que concedeu no âmbito deste trabalho, que a entrada do catedrático Nelson Traquina para o corpo docente da Licenciatura em Comunicação Social foi tardia, em 1984. Por esta razão assumimos que o ensino do jornalismo foi incorporado às disciplinas da Licenciatura em Comunicação Social de forma lenta.

A afirmação “uma comunidade profissional com uma forte identidade” (TRAQUINA, 2004b *apud* FIDALGO, 2008: 7), enquadrada pela perspectiva avançada pelo mesmo autor, de que o processo de profissionalização dos jornalistas ainda não terminou, reforça a afirmação por nós avançada, de que as iniciativas de ensino, na qual a presente tese se debruçou, estiveram inseridas num contexto dinâmico, de troca constante, e desta forma contribuíram para a afirmação do perfil identitário do jornalista, que também é dinâmico e contínuo. A conclusão final, de que o ensino para o jornalismo deve abarcar tanto a teoria quanto a prática, e que o equilíbrio entre estas duas formas de ensino é frágil, é confirmado por Fidalgo (s.d.), quando aborda a problemática da “desintermediação” ou “processo de democratização da informação”.

Num contexto actual, distante do ano de 1979, a razão do encurtamento da distância entre as fontes oficiais ou primárias e o destinatário destas informações, derivada das novas formas de difusão da informação, potencializadas pela tecnologia, o jornalista passa a não ter monopólio informativo. “A especificidade do trabalho dos profissionais da informação poderá estar, futuramente, menos na **revelação** de notícias ou dados ‘em primeira mão’, e mais na **interpretação e contextualização** dessas notícias [destacado no original]” (*ibid.*). Esta possível alteração de paradigma exposta pelo autor, além de interferir na afirmação identitária do jornalista, com repercussões no processo de profissionalização, também terá impacto no modelo de ensino. Com isso, queremos dizer que o modelo ideal de ensino está também ele, em constante mutação e é influenciado pela conjuntura histórica.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- BAPTISTA, Carla (2009) – **Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses - do século XXI ao Marcelismo**. Lisboa: Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação – FCSH – UNL
- BOURDIEU, Pierre (2005) – **Sobre a televisão**. Oeiras: Celta Editora
- CABRERA, Ana (2006) – **Marcelo Caetano: Poder e imprensa**. Lisboa: Livros Horizonte
- CANEL, María José; PIQUÉ, Antoni M. (1998) – **Journalists in Emerging Democracies: The Case of Spain**. In WEAVER, David H. (1998) - **The global journalist, news people around the word**. New Jersey: Hampton Press
- CASCAIS, Fernando (2003) – **O Exercício do Jornalismo em Portugal – Ensino do Jornalismo – Contributo para a sua história (1968-1974)**. Lisboa: Programa de Doutoramento em Comunicação Social, Universidade Complutense de Madrid – Instituto Politécnico de Lisboa/Escola Superior de Comunicação Social
- CASCAIS, Fernando (2008) – **Ensino do jornalismo em Portugal. História de um fracasso dos jornalistas**. *Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo*. Nº 13, Ano 8 Outono/Inverno 2008. Lisboa
- CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla (2007) – **Jornalistas do ofício à profissão, mudanças no jornalismo português (1956-1968)**. Lisboa: Editora Caminho
- CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla (2010) – **Memórias vivas do jornalismo**. Alfragide: Editorial Caminho
- DUBAR, Claude; TRIPIER, Pierre (1998) – **Sociologie des professions**. Paris: Armand Colin
In FIDALGO, Joaquim (2008) - **O jornalista em construção**. Porto: Porto Editora
- FIDALGO, Joaquim (2008) – **O jornalista em construção**. Porto: Porto Editora
- FIDALGO, Joaquim (s.d.) – **Novos desafios a um velho ofício ou... um novo ofício?**
- FROHLICH, Romy; HOLTZ-BACHA, Christina (2003) – **Journalism education in europe and north america**. United States of America: Hampton Press
- GILLMOR, Dan (2004) – **Nós, os media**. Queluz de Baixo: Editorial Presença
- GOMES, Adelino (2007) – **Caminhos do jornalismo português: das esperanças da geração de 60 aos desafios e constrangimentos do século XXI**. *Revista de comunicação, cultura e educação, Trajectos*. Nº 11, Outono 2007. Lisboa
- HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo (2010) – **Sistema de media: estudo comparativo, três modelos de comunicação e política**. Lisboa: Livros Horizonte

HUGHES, Everett C. (1963) – **Professions, Daedalus, Fall**. vol. 93, nº.4. In TRAQUINA, Nelson (2004) - **A tribo jornalística, uma comunidade transnacional**. Lisboa: Editorial Notícias

KOTSCHO, Ricardo (2005) – **A prática da reportagem**. São Paulo: Editora Ática

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom (2001) – **Os elementos do jornalismo, o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir**. Porto: Porto Editora

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (2007) – **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes

LIPPMAN, Walter (1965) – **The Problems of Truly Fere, Mature Press, The Washington Post**. Maio 30 In TRAQUINA, Nelson (2004) - **A tribo jornalística, uma comunidade transnacional**. Lisboa: Editorial Notícias

MEDITSCH, E. B. V. (org) (2005) – **Sociologia do Jornalismo: as várias perspectivas que marcam as teorias da notícia a partir do estudo da sociedade**. Florianópolis: Insular/Posjor-UFSC

MEDITSCH, E. B. V.. (1992) – **O Conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC

MEDITSCH, E. B. V. (org.) (2005) – **Jornalismo e conhecimento: Epistemologia, cognição, imaginário, produção de sentido e construção da realidade**. Florianópolis: Insular/Posjor-UFSC

MEIRELES, Sara Graça (2007) – **Os jornalistas portugueses – Dos problemas da inserção aos novos dilemas profissionais**. Coimbra: Edições MinervaCoimbra

MELO, José Marques de (2003) – **Jornalismo brasileiro**. Porto Alegre: Editora Sulina

MELO, José Marques de (2006) – **Pedagogia da comunicação: matrizes brasileiras**. São Paulo: Angellara Editora

MESQUITA, Mário – **Os meios de comunicação social**. In REIS, Antônio (coord.) (1996) – **Portugal 20 Anos de Democracia**. Temas e Debates

REBELO, José (2007) – **As ciências da comunicação em Portugal: Racionalizar e Internacionalizar** . *Revista de comunicação, cultura e educação, Trajectos*. Nº 11, Outono 2007. Lisboa

RODRIGUES, Adriano Duarte (1999) – **As técnicas da comunicação e da informação**. Lisboa: Editorial Presença

RODRIGUES, Adriano Duarte (2011) – **Estratégias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença

- RODRIGUES, Ana Luísa (2008) – **Aos olhos do mundo, Portugal e os portugueses retratados por correspondentes estrangeiros**. Lisboa: Livros Horizonte
- RODRIGUES, Maria L. (2002) – **Sociologia das profissões**. Lisboa: Celta. In FIDALGO, Joaquim (2008) - **O jornalista em construção**. Porto: Porto Editora
- ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia (2007) – **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Editora Insular
- RUELLAN, Denis (1997a) – **Les “pró” du journalisme – De l’état au statut, la construction d’un espace professionnel**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes In FIDALGO, Joaquim (2008) - **O jornalista em construção**. Porto: Porto Editora
- RUELLAN, Denis (1997b) – **Groupe Professionnel et marché de travail du journalisme**. Réseaux, n.º 81. In FIDALGO, Joaquim (2008) - **O jornalista em construção**. Porto: Porto Editora
- SÁ, Adísia (1999) – **O jornalista brasileiro**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha
- SPLICHAL, Slavko; SPARKS, Colin (1994) – **Journalists for the 21st century**. United States of America: Ablex Publishing Corporation
- SOBREIRA, Rosa Maria (2003) – **Os jornalistas portugueses 1933 - 1974, uma profissão em construção**. Lisboa: Livros Horizonte
- SOBREIRA, Rosa Maria – **O Ensino do Jornalismo e a Profissionalização dos Jornalistas em Portugal (1933-1974)** in TRAQUINA, Nelson (org.) (2010) – **Do Chumbo à era Digital**. Lisboa: Livros Horizonte
- TOGNOLLI, Claudio (2001) – **A sociedade dos chavões, presença e função do lugar-comum na comunicação**. São Paulo: Escrituras
- TRAQUINA, Nelson (1999) – **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega Editora
- TRAQUINA, Nelson et al (2001) – **O Jornalismo português em análise de casos**. Lisboa: Editora Caminho
- TRAQUINA, Nelson (2004) – **A tribo jornalística, uma comunidade transnacional**. Lisboa: Editorial Notícias
- TRAQUINA, Nelson (2007) – **O que é jornalismo**. Quimera
- TRAQUINA, Nelson (org.) (2010) – **Do Chumbo à era Digital**. Lisboa: Livros Horizonte
- TRAQUINA, Nelson org. (2010) – **Media, jornalismo e democracia**. *Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo*. Nº 17, Vol. 9, Nº 2 Outono/Inverno 2010. Lisboa

TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário (2003) – **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte

UNESCO (1958) – **The Training of journalists**. In CASCAIS, Fernando (2003) – **O Exercício do Jornalismo em Portugal – Ensino do Jornalismo – Contributo para a sua história (1968-1974)**. Lisboa: Programa de Doutoramento em Comunicação Social, Universidade Complutense de Madrid – Instituto Politécnico de Lisboa/Escola Superior de Comunicação Social

WEAVER, David H. (1998) – **The global journalist, news people around the world**. New Jersey:: Hampton Press

WILENSKY, Howard L. (1964) – **The Professionalization of Everyone?** American Journal of Sociology, ol. LXX, nº. 2 In TRAQUINA, Nelson (2004) - **A tribo jornalística, uma comunidade transnacional**. Lisboa: Editorial Notícias

ZELIZER, Barbie (2004) – **Taking journalism seriously**. United States of America: Sage Publications

ARTIGOS CONSULTADOS EM JORNAIS

SINDICATO DOS JORNALISTAS (SJ) (1978) – *Jornalismo*, nº7 7, Outubro de 1968

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, sem autor (1969) – **A profissão de jornalista enaltecida pelo Dr. César Moreira Batista, na sessão de encerramento do 1º Curso de Jornalismo**. *Jornal Diário de Notícias*, 15/05/69

A CAPITAL, sem autor (1979) – **Mudança radical de mentalidades em novo curso de comunicação social**. *Jornal A Capital*, 08/10/79

DIÁRIO POPULAR, sem autor (1979) – **Curso Superior de Comunicação Social – Reciclagem de jornalistas começa em Março de 80**. *Diário Popular*, 10/10/79

PORTUGAL HOJE, sem autor (1979) – **Curso de Comunicação Social**. *Portugal Hoje*, 19/10/79

DIÁRIO POPULAR, sem autor (1975) – **Duas listas concorrem a eleições para o Sindicato dos Jornalistas**. *Diário Popular*, 08/08/75

DIÁRIO DA AR, (1978) – Diário da Assembleia da República, 07/12/78 – Assembleia da República.pt

DIÁRIO DA AR, (1979) – Diário da Assembleia da República, 04/07/79 – Assembleia da República.pt

DIÁRIO DA AR, (1979a) – Diário da Assembleia da República, 20/07/79 – Assembleia da República.pt

O JORNAL, sem autor (1979) – **Jornalismo: tarimba e escola.** *O Jornal*, 19/10/79

SOUSA, Dias (1979) – **Que curso superior de comunicação social?** *A Tarde*, 01/10/79

SJ, (1993) – Jornalismo, Janeiro de 1993

VIANA, Clara (1982) – **A licenciatura do quarto poder.** *Assuntos Sociais*, 04/03/82

O DIÁRIO, sem autor (1981) – **Universidade Nova fechada a jornalistas.** *Diário de Lisboa*, 07/01/81

DIÁRIO POPULAR, sem autor (1981) – **Universidade Nova bate a porta na cara dos jornalistas.** *Diário Popular*, 07/01/81

PORTUGAL HOJE, sem autor (1979a) – **Poucas vagas este ano no Curso Superior de Jornalismo.** *Portugal Hoje*, 20/10/79

REIS, Miguel (1973) – **Jornalismo uma iniciativa vital?** *CF*

DOCUMENTOS CONSULTADOS EM ARQUIVOS

SNJ (1971) – **Discurso proferido por Silva Costa, presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas.** 04/01/71

DESCRIÇÃO: Discurso proferido por Silva Costa sobre o projecto de Ensino do Jornalismo, no acto da entrega do projecto ao Ministro da Educação Nacional.

SNJ (1972) – **Carta da direcção do Sindicato Nacional dos Jornalistas ao Ministro da Educação Nacional.** 20/10/72

NUNES, Adérito Sedas (1979) - **Memorando sobre a criação de um Instituto de Investigação e Pós-graduação em Ciências Sociais Memorando.** 17/05/79

DESCRIÇÃO: O memorando aborda os temas que emergem da criação do Instituto e reflecte sobre questões subjacentes.

PCM (s.d.) – **Programa do V Governo Constitucional.** s.d.

DESCRIÇÃO: Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Primeiro Ministro – O programa contém as referências políticas do V Governo; as perspectivas globais da acção governativa; objectivos por áreas de problemas; medidas sectoriais; e preparação das eleições intercalares.

RODRIGUES, Adriano Duarte (1981) - **Carta de Adriano Rodrigues ao presidente da Comissão Instaladora da FCSH da UNL.** 19/05/81

DESCRIÇÃO: Carta que descreve a identidade do Departamento de Comunicação Social com seus principais objectivos e funções, e a sua constituição orgânica.

RODRIGUES, Adriano Duarte. (1980) – **Linhas de acção da Comunicação Social para o ano de 1981.** s.d.

DESCRIÇÃO: O documento caracteriza a linha de acção da Comunicação Social e aborda os seguintes pontos: investigação, prestação de serviços, ensino pós-graduado, extensão cultural.

TAVARES, Jorge (1979) – **Acta da primeira reunião de trabalho da comissão consultiva para licenciatura de Comunicação Social, do Curso de Reciclagem para Jornalistas e do curso de Pós-Graduação em Comunicação Social.** 01/10/79

DESCRIÇÃO: A acta da reunião que aconteceu no Sindicato dos Jornalistas, aborda os seguintes temas: declarações de Cáceres Monteiro; plano de entrevistas a conceder; ementa curricular do Curso de Comunicação Social; condições de acesso e frequência do curso; curso de reciclagem para jornalistas; curso de pós-graduação em Comunicação Social; futuro da ESMCS; correspondência recebida de candidatos à licenciatura; marcação da data e do local da próxima reunião plenária da Comissão.

MONTEIRO, Cáceres (1979) – **Carta do presidente do Sindicato dos Jornalistas ao Ministro da Comunicação Social.** 26/09/79

DESCRIÇÃO: Documento em tom de protesto, onde Cáceres Monteiro se diz surpreso por não ter participado do processo de elaboração da Licenciatura de Comunicação Social. A criação do curso era um facto desconhecido, já que o SJ não havia sido informado por ninguém do governo. A situação faz com que o presidente do Sindicato dos Jornalistas descreva uma série de eventos ligados ao tema ‘ensino do jornalismo’ e os seus desdobramentos.

TAVARES, Jorge (1979a) – **Carta de Jorge Tavares Rodrigues, técnico do Ministério da Comunicação Social, dirigida ao Ministro da Comunicação Social.** 18/09/79

DESCRIÇÃO: No documento constam os seguintes assuntos: criação de uma pós-graduação em jornalismo; nomeação por decreto de uma comissão; estudo e acompanhamento da Licenciatura em Comunicação Social; Curso de Reciclagem; possível conversão da Comissão em conselho científico; condições de acesso para os jornalistas na Licenciatura em Comunicação Social; condições de acesso para os jornalistas na Licenciatura em Comunicação Social; conteúdo da conversa com Fernando Cascais; menciona a ‘comissão de 78’ que produziu o ‘relatório da comissão encarregada pelo MEC e pela SECS de iniciar os trabalhos conducentes a criação de uma escola em Comunicação Social no âmbito do ensino superior de curta duração

SJ, (s.d.) – **Proposta do Sindicato dos Jornalistas dirigida a comissão de estudo dos cursos de Comunicação Social.** s.d.

DESCRIÇÃO: Proposta redigida pelo Sindicato dos Jornalistas referente às condições de acesso dos jornalistas profissionais ao curso superior de Comunicação Social.

RODRIGUES, Adriano Duarte. (1981a) – **Carta de ADR dirigida ao director do Diário Popular.** s.d.

DESCRIÇÃO: Documento em resposta a peça jornalística do Diário Popular de 08/01/81, que esclarece a posição do Departamento de Comunicação Social, frente as críticas contra a UNL a respeito do indeferimento de pedidos de transferência de jornalistas profissionais.

FSCH, (s.d.) – **Projecto de curso de reciclagem em comunicação social.** s.d.

DESCRIÇÃO: Documento detalha o projecto de curso de reciclagem em comunicação social

SEMINÁRIO

BAPTISTA, Carla; MENDES, Renato (organizadores) (2010) – **Seminário sobre ensino do jornalismo e identidade profissional**; FCSH – UNL & CIMJ; 06 e 20 de Maio de 2010. Lisboa

“Seminário sobre ensino do jornalismo e identidade profissional”

As condições de exercício do jornalismo sofreram modificações quase drásticas nas últimas décadas. A liberdade de imprensa só chegou depois do 25 de Abril de 1974, mas já estava em marcha um processo de profissionalização do campo jornalístico, que passou pela renovação das redacções, pela modernização tecnológica e pelo fortalecimento de algumas empresas de comunicação social. A moderna paisagem mediática portuguesa porém, só começa a desenhar-se depois do país ter saído do processo revolucionário e iniciado o caminho da estabilização democrática. O ensino universitário do jornalismo, o surgimento da primeira licenciatura em Ciências da Comunicação, o aparecimento posterior do CENJOR, a progressiva juvenilização e feminização da profissão aconteceram num novo contexto político, económico e cultural criando novas articulações com o espaço público e os actores sociais. Vários investigadores, jornalistas, académicos, protagonistas ou observadores destas mudanças históricas estarão presentes para nos ajudar a compreender os caminhos do passado, presente e futuro do jornalismo português.

1º Painel do seminário, dia 06 de Maio – 18 as 20h

“Os jornais vespertinos na modernização do jornalismo”

Fernando Correia – Jornalista e Director da Licenciatura em Comunicação e Jornalismo da Universidade Lusófona

“Um olhar académico sobre a história da profissão e do ensino do jornalismo, na identidade dos jornalistas, antes do 25 de Abril”

Rosa Maria Sobreira – Professora na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Coimbra

“Jornalismo, literatura e intervenção cívica. Uma perspectiva pessoal e histórica”

José Carlos Vasconcelos – Director do Jornal de Letras

2º Painel do seminário, dia 20 de Maio – 18 as 20h

“A primeira licenciatura em Ciências da Comunicação”

Adriano Duarte Rodrigues – Professor da FCSH - UNL

“Provedor, espécie em vias de extinção?”

Adelino Gomes – Provedor do Ouvinte da RDP

“O papel do CENJOR no ensino do jornalismo”

Fernando Cascais – Presidente do CENJOR e Docente do Curso de Comunicação Social e Cultural da Universidade Católica

“O projecto de jornalismo multimedia Parlamento Global”

Anabela Neves – Repórter parlamentar da SIC e Coordenadora editorial do Parlamento Global

Local do seminário

Universidade Nova de Lisboa

Av. De Berna, 26 – Torre B – Auditório 1

LISTA DE ENTREVISTAS

(RODRIGUES, 2010a) – Entrevista pessoal concedida por Adriano Duarte Rodrigues, em 09/06/10

(RODRIGUES, 2010b) – Entrevista pessoal concedida por Adriano Duarte Rodrigues, em 01/07/10

(GOMES, 2010a) – Entrevista pessoal concedida por Adelino Gomes, em 17/07/10

(CASCAIS, 2010a) – Entrevista pessoal concedida por Fernando Cascais, em 22/06/10

(CASTANHEIRA, 2010) – Entrevista pessoal concedida por José Pedro Castanheira, em 02/08/10

(REBELO, 2010) – Entrevista pessoal concedida por José Rebelo, em 09/09/10

(PISSARRA, 2011) – Entrevista pessoal concedida por João Pissarra Esteves, em 22/02/11

(PALMEIRO, 2010) – Entrevista pessoal concedida por João Palmeiro, em 03/08/10

LISTA DE INTERVENÇÕES DO SEMINÁRIO SOBRE O ENSINO DO JORNALISMO E IDENTIDADE PROFISSIONAL

(RODRIGUES, 2010c) – Intervenção de Adriano Duarte Rodrigues, com o título, “A primeira licenciatura em Ciências da Comunicação”, no “Seminário sobre o ensino do jornalismo e identidade profissional”, em 20/05/10.

(GOMES, 2010b) – Intervenção de Adelino Gomes, com o título, “Provedor, espécie em vias de extinção?”, no “Seminário sobre o ensino do jornalismo e identidade profissional”, em 20/05/10

(CASCAIS, 2010b) – Intervenção de Fernando Cascais, com o título, “O papel do CENJOR no ensino do jornalismo”, no “Seminário sobre o ensino do jornalismo e identidade profissional”, em 20/05/10, organização Baptista

ANEXOS

ANEXO 1 – FOLHETO PUBLICITÁRIO DA LICENCIATURA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL (Departamento de Comunicação Social da FCSH – UNL)

1. CURSO DE LICENCIATURA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL – O Curso de Licenciatura em Comunicação Social foi criado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, pelo Decreto-Lei n.º 128-A/79, de 23 de Novembro, e o seu funcionamento regulamentado pela Portaria n.º 663/79, de 10 de Dezembro, começando a funcionar no ano lectivo de 1979-1980. As condições de admissão a este curso são as mesmas que são exigidas para o ingresso em qualquer curso superior oficial: a habilitação com o 12.º ano de escolaridade nos ramos em que está previsto o acesso a este curso ou, para candidatos com mais de 25 anos, em provas extraordinárias para o ingresso no ensino superior. A admissão a este curso está condicionada pelo *numerus clausus* determinado pelo Ministério da Educação. No ano de 1979-1980, o *numerus clausus* foi de 35 estudantes e no ano de 1980-1981 foi de 40. O corpo docente foi recrutado entre professores de Universidades nacionais e estrangeiras assim como entre profissionais habilitados com diplomas universitários que, além de prosseguirem projectos de investigação no campo da Comunicação Social, demonstraram possuir capacidades científicas e pedagógicas. O curso prepara docentes para o ensino secundário e superior, investigadores, profissionais para empresas de comunicação social, tanto públicas como privadas, nomeadamente da imprensa escrita, radiofónica e televisiva, adidos de imprensa, animadores culturais. **PROGRAMA CURRICULAR** – 1.º ANO – Sociologia Geral – Teoria e Método em Ciências Sociais – Matemática e Estatística para as Ciências Sociais – Introdução à Antropologia – Introdução à Economia. 2.º ANO – História Económica e Social Contemporânea – Introdução ao Direito (semestral) – Teoria da Comunicação – Semiologia I – Técnicas de Investigação e de Expressão Jornalística I. 3.º ANO – Direito e Deontologia da Comunicação Social – Sociologia da Comunicação Social – Psicossociologia – História do Media e Jornalismo Comparado – Técnicas de Investigação e de Expressão Jornalística II (semestral) – Gestão dos Meios de Comunicação Social (semestral) – Sociologia Política dos Poderes e do Estado – 4.º ANO – História da Cultura Portuguesa – Teoria do Texto e Análise Textual (semestral) – Semiologia II (semestral) – Tecnologia dos Meios de Comunicação Social – SEMINÁRIO: “Problemas do Mundo de Hoje” – DISCIPLINAS DE OPÇÃO - Duas semestrais, a escolher entre as seguintes: - Sociologia Industrial e do Trabalho – Sociologia da Arte – Demografia Social e Políticas Demográficas – Sociologia e Psicanálise – Sociologia da Mudança – Sociologia do Desenvolvimento – Sociolinguística – Sociologia da Família – Sociologia das Religiões – Sociologia da Saúde – Sociologia das Migrações – Sociologia dos Tempos Livres – Informática – Civilizações Africanas e Tropicais – Análise Institucional – Geografia de Portugal – Arqueologia – Métodos Quantitativos Aprofundados - Ecologia Humana – Etologia – Sociobiologia – Antropologia Filosófica – Organizações Internacionais – Sindicalismo – Literatura Comparada – Dinâmica Estrutural e Conjuntural – 5.º ANO – Estágio Profissional orientado pelo Departamento e pela instituição em que o estágio é realizado. NOTA: Os estudantes devem possuir conhecimentos pelo menos em duas línguas estrangeiras até o fim do 4.º ano. **2. INVESTIGAÇÃO** – O Departamento, além dos projectos de doutoramento dos seus assistentes, promove trabalhos de investigação próprios nos vários domínios da Comunicação Social, integrados no Centro de Estudos de Sociologia da Faculdade. **3. CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL** – Foi aprovado pela Faculdade um plano de estudos de especialização em Comunicação Social destinado aos

profissionais licenciados. Este curso estará organizado em blocos e tem a duração de quatro semestres. O seu início está dependente de homologação pelo Ministério da Educação e Ciência.

ANEXO 2 – PLANO DE ESTUDOS DA LICENCIATURA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL –
(Fonte: Folheto Publicitário da Licenciatura em Comunicação Social – Departamento de Comunicação Social da FCSH – UNL)

PLANO DE ESTUDOS DA LICENCIATURA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	
1º ANO	2º ANO
<ul style="list-style-type: none"> – Sociologia Geral – Teoria e Método em Ciências Sociais – Matemática e Estatística para as Ciências Sociais – Introdução à Antropologia – Introdução à Economia 	<ul style="list-style-type: none"> – História Económica e Social Contemporânea – Introdução ao Direito (semestral) – Teoria da Comunicação – Semiologia I – Técnicas de Investigação e de Expressão Jornalística I
3º ANO	4º ANO
<ul style="list-style-type: none"> – Direito e Deontologia da Comunicação Social – Sociologia da Comunicação Social – Psicossociologia – História do Media e Jornalismo Comparado – Técnicas de Investigação e de Expressão Jornalística II (semestral) – Gestão dos Meios de Comunicação Social (semestral) – Sociologia Política dos Poderes e do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> – História da Cultura Portuguesa – Teoria do Texto e Análise Textual (semestral) – Semiologia II (semestral) – Tecnologia dos Meios de Comunicação Social – SEMINÁRIO: “Problemas do Mundo de Hoje”
Disciplinas de opção do 4º ano: Duas semestrais, a escolher entre as seguintes:	
<ul style="list-style-type: none"> – Sociologia Industrial e do Trabalho – Sociologia da Arte – Demografia Social e Políticas Demográficas – Sociologia e Psicanálise – Sociologia da Mudança – Sociologia do Desenvolvimento – Sociolinguística – Sociologia da Família – Sociologia das Religiões – Sociologia da Saúde – Sociologia das Migrações – Sociologia dos Tempos Livres – Informática – Civilizações Africanas e Tropicais – Análise Institucional – Geografia de Portugal – Arqueologia – Métodos Quantitativos Aprofundados – Ecologia Humana – Etologia – Sociobiologia – Antropologia Filosófica – Organizações Internacionais – Sindicalismo – Literatura Comparada – Dinâmica Estrutural e Conjuntural 	
5º ANO	
Estágio Profissional orientado pelo Departamento e pela instituição em que o estágio é realizado	

Anexo 3 – PLANO DE ESTUDOS DO CURSO DE RECICLAGEM EM COMUNICAÇÃO SOCIAL – (Fonte: Folheto Publicitário da Licenciatura em Comunicação Social – Departamento de Comunicação Social da FCSH – UNL)

PLANO DE ESTUDOS DO CURSO DE RECICLAGEM EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	
1º ANO	2º ANO
<ul style="list-style-type: none"> – Sociologia Geral – Matemática – Teoria do Signo – História Económica e Social – Introdução ao Direito 	<ul style="list-style-type: none"> – Sociologia da Comunicação Social – Psicologia Social – Microeconomia – Demografia – Teoria da Comunicação
3º ANO	4º ANO
<ul style="list-style-type: none"> – Sociologia Política – Macroeconomia – História dos Media – Análise de conteúdo – Periodismo e práticas redacionais 	<ul style="list-style-type: none"> – Antropologia Cultural Portuguesa – Psicanálise e Sociedade – Teoria do Texto e Análise Textual – Televisão e cinematografia – Deontologia e Censura